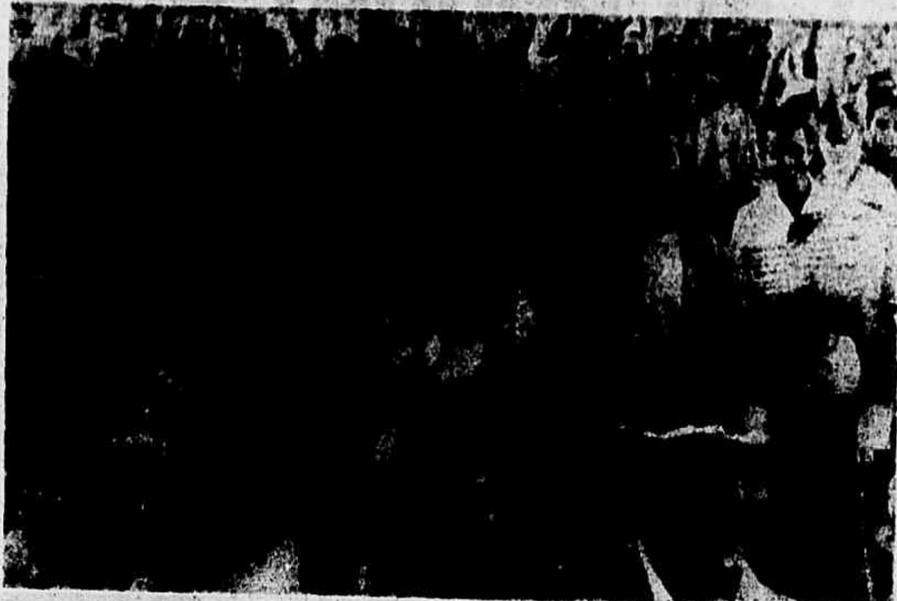


300 famílias conquistam a terra

No Imbé, a 60 quilômetros do município de Campos, 300 famílias estão acampadas em terras devolutas dispostas a tudo para defender a gleba contra a sanha dos grileiros. Na luta que estão travando, notadamente contra grandes usineiros da região e companhias estrangeiras que operam no setor açucareiro, os lavradores têm o apoio total da população e dos trabalhadores de Campos e municípios vizinhos. A solidariedade é ativa e visa obstar a violência desencadeada por jagunços e policiais a serviço dos potentados, além de proporcionar auxílio material aos camponeses. Na foto, aspecto da assembleia de trabalhadores realizada em Campos, quando estes votaram por unanimidade todo o apoio às 300 famílias do Imbé. Leia reportagem na 7ª página.



Prestes: Comunistas Aplaudem Mensagem de Paz de João XXIII

O dirigente comunista Luiz Carlos Prestes prestou ao respeitável "Última Hora", de São Paulo as seguintes declarações sobre a Encíclica "Pacem in Terris", do Papa João XXIII:

"A Encíclica 'Pacem in Terris' é um documento político de grande significação. Reflete a perspicácia e o realismo de um Chefe de Estado preocupado com os destinos da humanidade. Sua Santidade o Papa coloca-se frontalmente contra os provocadores de guerra e reconhece que a única alternativa a uma hecatombe atômica é a coexistência pacífica, o livre entendimento entre regimes sociais diferentes. Seus conselhos favoráveis ao desarmamento geral, à eliminação das armas atômicas e à imediata cessação das experiências atômicas coincidem integralmente com as posições há muito defendidas pelos comunistas. Apreciamos, também, a posição de Sua Santidade em defesa da autodeterminação dos povos e dos direitos dos trabalhadores.

Neste momento, em que aqui em nossa terra tanto se fala de luta contra os dois extremos, é de assinalar que Sua Santidade o Papa fuja de qualquer centrismo, de qual-

quer posição equidistante entre direita e esquerda. Ao contrário do presidente João Goulart que, apesar de se declarar católico, passou agora a ter medo de dizer de que lado estão os inimigos de nosso povo, Sua Santidade e Papa mostra com clareza aos católicos de que lado estão os inimigos da humanidade chamando a luta contra os provocadores de guerra, contra os que não respeitam a autodeterminação dos povos, contra os exploradores em geral, que estão todos do mesmo lado, do lado do imperialismo e da reação direita, e não divididos entre dois pretensos extremismos.

Finalmente, é digna também de nosso aplauso a tolerância que Sua Santidade o Papa aconselha aos católicos, chamando-os à ação comum pelas causas justas com aqueles que defendem doutrinas diferentes das aceitas pela Igreja Católica Apostólica Romana. Que esses conselhos frutifiquem entre os católicos brasileiros, apesar da intolerância e do reacionarismo do cardeal D. Jaime Câmara, é o que desejamos".

(Leia na 4ª pag. matéria sobre a Encíclica "Pacem in Terris").

NOVOS RUMOS

ANO V — Rio de Janeiro, semana de 19 a 25 de abril de 1963 — Nº 217

CONCENTRAÇÃO EM BRASÍLIA PARA DERROTAR MANOBRA GOVERNAMENTAL.

Barnabés Rejeitam 40%, e Unem-se Aos Militares na Batalha Pelos 70%

Texto na 2ª página

Vigilância

Procura-se dar a impressão de que com o almôço, chamado de confraternização, oferecido pelo presidente João Goulart aos comandantes dos I, II, III e IV Exércitos, a crise político-militar que sacudiu o País está encerrada e, em consequência, tudo se resolve. Dada a voz de comando de última forma, teríamos o ensarilhar das armas. Surgem mesmo "teorias" de que as crises políticas, aliás cada vez mais frequentes no País, são criadas artificialmente. Mero produto da vontade ou do capricho deste ou daquele grupo, desta ou daquela personalidade.

Nada mais falso. Apresentar o problema dessa maneira corresponde a escamotear as causas reais, objetivas, das crises, suas raízes mais profundas, exibindo apenas suas manifestações aparentes. E a consequência seria desarmar a opinião pública, desviando sua atenção das questões essenciais que devem ser enfrentadas e resolvidas. O simples desaparecimento da febre, sob o efeito de um antitérmico, não significa que a doença esteja curada. E, se não está curada, tenderá a agravar-se, caso o doente não seja devidamente medicado.

Como terminou esta crise? Mudou o Governo sua composição e sua política? Não. Ao contrário, insiste, mantendo-se no terreno da conciliação com os piores inimigos de nosso povo, em levar à prática o Plano Trienal, a orientação econômico-financeira do agrado do F.M.I., os compromissos assumidos pela Missão Dantas em Washington, ao

mesmo tempo que procura estreitar a aliança espúria do PTB com a cúpula reacionária do PSD. As consequências desastrosas dessa política se tornam cada vez mais peníveis, atingindo não apenas as massas trabalhadoras, mas também amplos setores da indústria, principalmente as pequenas e médias empresas. E se agravarão.

A fracassada gorilada que o general Kruehl comandou visava, golpeando os setores nacionalistas e democráticos, mais combativos, montar um dispositivo de forças, dito centrista, que servisse de suporte ao Governo para continuar a pôr em prática, mesmo diante de mais graves consequências e de maior oposição, a política de concessões aos imperialistas e aos latifundiários que vem sendo seguida. Isto significa que, persistindo o Governo em aplicar essa política, a ameaça continua. Daí a necessidade de se manter viva a vigilância de todos os democratas e patriotas.

Durante a crise, revelou-se um mais alto grau de coesão e de independência dos setores mais combativos da frente única. A gorilada, ante essa barreira, fracassou. Isto mostra que existem todas as condições para que essas forças, consolidando sua unidade e apolando-se num efetivo movimento de massas, possam não apenas barrar qualquer outra tentativa reacionária, mas imprimir aos acontecimentos um rumo novo, que corresponda aos anseios de nosso povo e aos interesses da Nação.



Liga Feminina de João Goulart: basta de fofoca

"As promessas feitas anteriormente pelo Governo não foram cumpridas. E a carestia de vida, estimulada pela política financeira, e cada dia maior" — dizem as mulheres cariocas pessoalmente ao presidente João Goulart ao entregar-lhe, terça-feira, um memorial de 25 mil assinaturas e o demandando numerosos aspectos da orientação oficial e reclamando a aplicação de uma série de medidas concretas capazes de conter a desesperadora alta dos preços. O sr. Goulart respondeu repetindo explicações e promessas e afirmando que o povo deve mobilizar-se e organizar-se para a luta por suas reivindicações. (Reportagem na 3ª página.)

Plano Trienal Caminha Para a Falência

Artigo de JACOB GORENDER, na 3ª página

700 mil operários paulistas iniciam campanha salarial

AGUARDE **NOVOS RUMOS** EDIÇÃO DE MINAS GERAIS! DIA 27 DE ABRIL

Texto na 2ª página

BRASIL EM LEIPZIG

Acaba de encerrar-se mais uma Feira de Leipzig, na República Democrática Alemã. Trata-se da mais importante exposição industrial, comercial e agrícola, realizada anualmente na Europa e de um acontecimento econômico-social de repercussão mundial. Constituinte uma tradição de oitocentos anos a grande mostra sempre apresenta o que há de mais moderno em todos os ramos da produção industrial e nos processos de aperfeiçoamento da produção agrícola.

Como nos últimos anos, o Brasil fez-se representar na exposição em 1963, com um stand onde o "forte" (vide foto) ainda foi o café. Na sétima página o leitor encontrará reportagem sobre a Feira de Leipzig, de autoria do nosso correspondente na Alemanha, Hélio Contreiras.



Uma vanguarda de ação, dirigente das grandes massas

Artigo de MOISÉS VINHAS, na 4ª página

O Adeus a Rui Facó

Na 5ª página, artigos de Dalcídio Jurandir, Zdenek Hampejs e Américo Albuquerque

Barnabés Rejeitam os 40% e Unem-se Aos Militares na Campanha Pelos 70%

A campanha dos barnabés da União vai ganhar maior impetuosidade após a assembleia que realizou amanhã, para reafirmar sua disposição de prosseguir na luta por um aumento de 70% a partir de janeiro, 13º vencimento, salário-família de 4 mil cruzeiros, adicional por tempo de serviço e salário móvel proporcional ao maior salário mínimo.

Estamos firmes em torno desses pontos. Sobre eles vamos enunciar novo manifesto ao presidente da República e à Casa do Congresso, mostrando o ridículo que representa para o Governo um aumento de apenas 40 por cento — afirmaram o presidente da UNSP, Carlos Taylor, e o sr. Alace Tavares, dirigente da Federação Carioca de Servidores Públicos.

O manifesto a ser encaminhado aos congressistas e ao Poder Executivo terá sua redação aprovada na assembleia de amanhã, à qual estarão presentes delegações de militares, igualmente interessados no problema.

— Quanto à sindicalização — disseram — o Conselho de Representantes da Confederação já aprovou e anteprojeto respectivo, baseado nas resoluções do IV Congresso, e já em poder do ministro Almino Afonso, que deverá encaminhá-lo ao Congresso Nacional.

— Interpretando os anseios de todos os funcionários civis da União e com o apoio integral das 309 entidades diretas ou indiretamente filiadas, a Confederação não abriu nem abrirá mão dos 70% de aumento, bem como dos restantes quatro pontos que constituem a razão da nossa campanha. Assim, vamos levar à frente nossa campanha pelo 13º vencimento, pelo aumento do salário-família para 4 mil cruzeiros por dependente, pelo salário-móvel para todos os níveis e pelo adicional por tempo de serviço — já concedido ao Poder Judiciário — aos demais servidores públicos.

O Governo — acentuaram — já elaborou a mensagem com o projeto de aumento na base média de 40%. Agora, parece que pretende substituir esse aumento por um abono na mesma base. É evidente, entretanto, que tal percentagem não satisfaz — nem como aumento, nem como abono — pois está aquém da elevação do custo de vida.



UNIDADE
Os barnabés de todo o Brasil estão hoje unidos na luta pela conquista do aumento de 70%. Mobilizados, respondem aos apelos dos seus líderes, Carlos Taylor (foto, o primeiro a esquerda) principalmente.

NÃO SATISFAZ

Os dois dirigentes dos funcionários públicos federais, que estavam acompanhados do sr. Osvaldo Campos, presidente da União dos Previdenciários, afirmaram que a Confederação dos Servidores Públicos do Brasil está atualmente empenhada no reajustamento de vencimentos dos servidores federais e autárquicos, ativos e inativos, civis e militares, e na campanha de sindicalização do barnabé federal, esta de longo alcance.

RETRATO SEM RETOQUE

Mostrando a verdadeira situação do funcionalismo público da União, os dirigentes da UNSP, da CSPB e da União dos Previdenciários exibiram dados sobre o aumento do custo de vida, seus aumentos de vencimentos e o número de servidores públicos.

— De 1960 até nossos dias, o salário-mínimo se elevou em mais de 120%, passando de 9.600 cruzeiros para 21 mil, a fim de acompanhar a elevação do custo de vida. Entretanto, nesse mes-

mo período houve somente um aumento para os servidores civis e militares da União, e de apenas 40%, isto em 1962.

Afirma-se, por outro lado, que é elevado o número de servidores e que estes são geralmente bem pagos. Entretanto, de acordo com o último levantamento do DASP, para preparação da mensagem do aumento, poderiam verificar que o total

de servidores públicos é de 346.548 — aproximadamente 0,4% da população do país — e dos quais 212.257 são da administração direta (Ministérios, DASP, etc.), 103.345 das autarquias e 30.946 das Universidades. O total de carros em comissão é de 3.950, sendo 1.711 da administração direta, 1.887 das autarquias e 352 das Universidades, representando 1% do total de

servidores públicos. De total de servidores apenas 35.000 (cerca de 10%) estão nos níveis 17 e 18, com o salário de 48.200 e 50.400, respectivamente, enquanto que 209.787, aproximadamente 65%, estão entre os níveis 5 e 10, com salários que variam entre 31 mil e 23.800 cruzeiros.

E ainda mais — acentuaram — 127.920 servidores (43%), de níveis 1 a 7, per-

cebem o salário mínimo de 21 mil cruzeiros.

DEPESA DIMINUIU

Contestando afirmações de que o funcionalismo público da União dá grandes despesas ao Tesouro Nacional, os dirigentes dos barnabés voltam a exhibir números irrefutáveis, fornecidos pelo próprio Governo.

— Apesar dos últimos reajustamentos de vencimentos com o plano de classificação, a paridade e o reajustamento de 40%, a despesa com o pessoal vem diminuindo de ano para ano, em relação à despesa total da administração pública. Assim, de 25,1% em 1960, tal despesa caiu nos anos seguintes para 22,8% (1961), 21,8% (1962), 18,6% (1963), mantendo esta mesma percentagem no ano passado.

Enquanto isso ocorreu com as despesas com pessoal, os gastos com subvênções aumentaram, neste mesmo período, de 22 para 43%.

Muitos outros dados poderíamos apresentar para desmentir as alegações de que há excesso de funcionários — "que são bem pagos", que a despesa com o pessoal é astronômica e, portanto, que o aumento de vencimentos é o maior responsável pelos deficits orçamentários.

DEPESA DIMINUIU

Muitos outros dados poderíamos apresentar para desmentir as alegações de que há excesso de funcionários — "que são bem pagos", que a despesa com o pessoal é astronômica e, portanto, que o aumento de vencimentos é o maior responsável pelos deficits orçamentários.

TÁTICA DIVISIONISTA

Referindo-se às solertes campanhas movidas em certos órgãos da imprensa contra o aumento justo pa-

ra os funcionários da União e através das quais procuram separar civis e militares, disse Carlos Taylor: — Procuram estabelecer essa divisão generalizando situações especiais injustas de alguns "marajás" bem como certas vantagens previstas em lei, mas que ainda não foram pagas aos civis, porque estão dependendo de regulamentação. Neste caso está a gratificação por tempo integral e a gratificação por risco de vida, que apenas vêm sendo pagas aos médicos e engenheiros e a alguns operários do Arsenal de Marinha. Acharmos, entretanto, que devem ser corrigidas muitas injustiças aos funcionários civis e aos militares, como é o caso dos tenentes, que, tendo formação superior, merecem ter os mesmos vencimentos dos engenheiros, médicos e outros profissionais de nível universitário.

Não seria justo que diante dessa situação, com a fome rondando os lares dos servidores públicos, que se desvie do assunto fundamental que é o reajustamento de vencimentos, para se tratar de uma realocação que deve ser feita, mas que pode ser adida.

Concluíram:

Estamos convencidos de que sairemos vencedores dessa batalha, pois ela é justa. Temos certeza que venceremos todas as manobras divisionistas e que conquistaremos o que desejamos de imediato: o reajustamento na base de 70 por cento.

Sob a Batuta Americana Ademar Espanca o Povo

São Paulo (Da sucursal) — O sr. Ademar de Barros parece decidido mesmo a instituir em São Paulo o policialismo como remédio para os males sociais. O povo toma conhecimento agora da volta do conhecido espancador Pascoal Páscaro — o Pascao — ao comando da tropa de choque do DOPS. Esse tira, famoso pelo passar sádico que manifestava ao investir contra os movimentos populares, havia sido afastado de suas funções desde 1962. Embora seus sucessores não tenham ficado o suficiente no que se refere a violência, o afastamento do Pascao foi recebido pelo povo e principalmente pelos trabalhadores com grande júbilo. O novo governador paulista faz uma reabilitação que é um incentivo ao emprego da brutalidade contra o povo.

Oficiais policiais dos Estados signatários. Em meados de março Ademar recebeu em palácio com grande alarde, inclusive com publicação no Diário Oficial, Peter Francis Costello, o belga americano que dirige a polícia paulista.

«POLÍCIA CIENTÍFICA»

Durante três dias seguidos, investigadores compareceram à empresa Lambreta, instalada na Vila Leopoldina, nesta capital e conduziram presos quatro trabalhadores por dia. Ao serem libertados, voltando ao trabalho, apresentaram-se completamente deformados pelos empunhamentos sofridos. No terceiro dia, os 1.000 trabalhadores da fábrica resolveram reagir. Concluíram que não deviam permanecer e ceder o lado de amanhã a serem levados em todas as oficinas civis e militares. Ao fim desse prazo os patrões decidiram ordenar a cessação dos empunhamentos vergonhosos que, segundo eles, "faziam parte de uma investigação sobre devio de peças da indústria". Constatou-se porém, que o que a empresa temia era o avanço da organização sindical. Procurava intimidar seus empregados. Mas o tiro saiu pela culatra, pois, que terminou o movimento, em dois dias apenas atin-

dualizaram-se cerca de 300 trabalhadores.

JARDIM NORDESTE

O Jardim Nordeste, como a esmagadora maioria dos bairros pobres de S. Paulo, é péssimamente servido no que se relaciona a transportes. Seus moradores já foram à praça pública inúmeras vezes, em protestos contra essa situação. Diante da indiferença dos governos estadual e municipal, a empresa comunitária de transporte, conhecida como "Transporte Social" e "Trabalhista" e problemas regionais e nacionais ligados aos interesses dos trabalhadores.

O II Congresso Brasileiro dos Trabalhadores na Indústria é convocado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria, que expediu 150 convites para delegados estrangeiros. Destes, já confirmaram a presença as delegações da URSS, com quatro membros, dois da China e Iugoslávia, além de outras que faltam apenas indicar o número de delegados.

2º Congresso Brasileiro dos Trabalhadores na Indústria DOIS MIL OPERÁRIOS DEBATERÃO NA GB PREVIDÊNCIA SOCIAL E LEGISLAÇÃO TRABALHISTA

Dois mil delegados de todo o Brasil vão se reunir no II Congresso Brasileiro dos Trabalhadores na Indústria, que se realizará na Guanabara nos dias 29 e 30 do corrente mês. O conclamação é do complemento natural dos quatro encontros regionais realizados a partir de 1962 em diversos pontos do país e durante os quais foram debatidas diversas questões relacionadas com a situação dos trabalhadores e problemas regionais e nacionais ligados aos interesses dos trabalhadores.

APÓS 16 ANOS

A reunião máxima dos trabalhadores da indústria do Brasil realiza-se depois de 16 anos de encontro da mesma natureza, e quando importantes resoluções foram adotadas, relacionadas com a vida do trabalhador e com a defesa dos interesses do país.

Para assegurar o máximo sucesso ao encontro, a Comissão Permanente dos Organismos SFA (Sindicato da Guanabara) realizou, amanhã, reunião na sede da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria, para debate do material que a delegação guanabarina levará ao Congresso.

ENCONTROS PREPARATÓRIOS

Precedendo o Congresso Brasileiro e com o caráter de reuniões preparatórias, realizaram-se os encontros regionais, em regiões de situações socio-econômi-

cas específicas. O primeiro deles foi o Encontro Norte-Nordeste, que reuniu em Recife os representantes dos trabalhadores do Amapá à Bahia, de 20 a 22 de julho de 1962. Em Porto Alegre reuniram-se, de 31 de novembro a 2 de dezembro de 1962, os trabalhadores do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. O terceiro encontro realizou-se em São Paulo, nos dias 18, 16 e 17 de fevereiro do corrente ano. Finalmente, o quarto encontro receberá os delegados dos Estados do Centro-Sul, e se realizará em Vitória entre 22 e 24 do corrente.

Importantes resoluções resultarão desse encontro dos representantes dos operários brasileiros. Sua organização está sendo objeto de cuidadosos estudos, a fim de garantir o sucesso que a eles esperam todos os trabalhadores da indústria, e ao qual influentes círculos políticos e governamentais estão dispensando especial atenção.

700 MIL TRABALHADORES PAULISTAS INICIAM BATALHA SALARIAL

Cumprindo resolução aprovada na assembleia inter-sindical do dia 31 último, presidentes das federações e entidades de trabalhadores, reuniram-se no dia 3, ocasião em que decidiram mobilizar seus filiados para conjuntamente lutar pelo imediato reajuste salarial, de acordo com a elevação do índice de custo de vida nos últimos 6 meses, bem como lutar por outras reivindicações, inclusive pela posse dos deputados eleitos e 1º de maio.

A reunião foi presidida pelo sr. Luis Tardío de Lima (Fed. Alimentação), Arthur Avilante (Fed. Têxtil) e Floriano Francisco Desem (Fed. dos Químicos).

reivindicações dos trabalhadores; c) — em todas as assembleias e na intersindical, além do reajustamento imediato do salário, tomar posição sobre os seguintes problemas: 1) — salário-família; 2) — congresso nacional dos industriários e caestista; 3) — posse dos deputados eleitos e 1º de maio.

A reunião foi presidida pelo sr. Luis Tardío de Lima (Fed. Alimentação), Arthur Avilante (Fed. Têxtil) e Floriano Francisco Desem (Fed. dos Químicos).

SITUAÇÃO DOS ACORDOS SALARIAIS

Como se sabe, nos acordos salariais celebrados entre outubro e novembro do ano passado, foi prevista uma revisão aos seis meses de vigência, sendo este o motivo que está possibilitando a movimentação conjunta desses trabalhadores, cujo total soma 700 mil.

Como se sabe, nos acordos salariais celebrados entre outubro e novembro do ano passado, foi prevista uma revisão aos seis meses de vigência, sendo este o motivo que está possibilitando a movimentação conjunta desses trabalhadores, cujo total soma 700 mil.

AMERICANOS DIRIGEM POLÍCIA

Má tempos atrás os governadores Carvalho Pinto, Carlos Lacerda e Cid Sampaio efetuaram um ajuste com o Ponto IV em torno dos serviços policiais. Tal acordo só foi publicado pelo Diário Oficial do Estado no dia 15 de fevereiro deste ano. Talves não o tenha sido antes para não prejudicar a campanha eleitoral do candidato do sr. Carvalho Pinto. O certo é que, por aquele documento, o Ponto IV adquiria o direito de manter um "consulador" junto à organiza-

ção policial dos Estados signatários. Em meados de março Ademar recebeu em palácio com grande alarde, inclusive com publicação no Diário Oficial, Peter Francis Costello, o belga americano que dirige a polícia paulista.

Congresso Denuncia Crimes de Stroessner e Exige Libertação Dos Presos Políticos

Depois de assinalar que o regime de Stroessner constitui a expressão concentrada do latifúndio, da oligarquia e do capital financeiro internacional em consequência do qual "aumenta a miséria, a fome, o desemprego e o analfabetismo", o I Encontro Latino-Americano Pela Libertação dos Presos Políticos do Paraguai denunciou a existência de mais de 700.000 paraguaios exilados na Argentina, Uruguai e Brasil, os quais não encontram meios para viver em seu país.

O dirigente bancário carioca Antônio Pereira da Silva Filho exerceu as funções de secretário administrativo. Como secretário de finanças atuou o dr. Jacinto Villalba do Paraguai, e de Divulgação o dr. Victor do Espírito Santo, do Brasil.

LUTA PELA LIBERTAÇÃO

Na parte referente às formas de luta pela libertação dos presos políticos, o Encontro aprovou importantes resoluções, entre as quais a criação do Movimento de Solidariedade ao Povo Paraguai em todos os países latino-americanos, com uma Secretaria Permanente sediada em Montevideo. Resolveram também os delegados dirigir-se à Comissão dos Direitos do Homem da ONU, bem como à Cruz Vermelha Internacional, a fim de que esta organização verifique o estado físico dos prisioneiros e obtenha facilidade para o envio de viveres e medicamentos.

Outras resoluções desse ponto dizem respeito à participação de entidades sindicais, camponesas, estudantis, associações populares, dos países latino-americanos que atuem em favor dos presos políticos. Foi recomendada também que os Movimentos promovam gestões junto às autoridades de seus países, no sentido de que intercedam pela libertação dos presos, assim como o envio de delegações a Assunção, para reclamar a libertação dos encarcerados.

Ministro Almino Afonso declara em Bauri: PATRÕES DEVEM 52 BILHÕES À PREVIDÊNCIA SOCIAL!

SÃO PAULO (Da sucursal) — O ministro do Trabalho, sr. Almino Afonso, prosseguindo na visita que faz ao interior paulista, realizou diversas conferências com líderes sindicais, trabalhadores e estudantes sobre os graves problemas do Ministério do Trabalho e da Previdência Social.

Falando em Bauri foi categórico: — "Cerca de 52 bilhões de cruzeiros são descontados dos trabalhadores em todo o Brasil pelo patronato. Esta fabulosa soma não foi entregue aos Institutos, sendo usada para uso exclusivo dos patrões em suas indústrias. Circulam, portanto, com o dinheiro do trabalhador, que não obtém vantagens que deveria ter na previdência social. Já está uma das causas da deficiência. Não há a menor sombra de dúvida, que injunções políticas são responsáveis, acrescentando-se a desídia e a corrupção que pretendo extirpar do Ministério do Trabalho".

Com relação às reformas de base, o ministro Almino Afonso salientou que a reforma agrária, é de interesse de empregados e empregadores, tanto da cidade como do campo. E finalizou: "É preciso estimular a produção e ampliar o mercado interno, sem o que o campo entrará em colapso e a indústria não florescerá".

TRABALHADORES PAULISTAS MOBILIZADOS EM DEFESA DAS LIBERDADES E DE SUAS REIVINDICAÇÕES

Contando com um grande comparecimento, realizou-se no último domingo uma assembleia intersindical, a fim de tomar medidas em favor da conquista do salário-família, pela antecipação do reajuste geral de salários, pela posse dos deputados eleitos e na carestia. A reunião, estiveram presentes o presidente da União Estadual dos Estudantes, Luciano Lepera, o poeta popular Pompílio Diniz e o poeta Rossine Camargo Guarnieri, representante da comissão provisória do Congresso do Povo Brasileiro Pela Reforma de Base e uma comissão de soldados, cabos e sargentos da Força Pública.

Depois de aprofundados debates, foram tomadas as seguintes resoluções: a) lançar manifesto aos trabalhadores e ao povo, a fim de que todos estejam preparados para a eventualidade de greve geral contra as maquinagens golpistas de Lacerda, Ademar e cia, e pelas efetivas reformas de base, de acordo com as deliberações tomadas pelo CGLB em 2 e 3 de fevereiro; b) concluir as entidades sindicais para que mobilizem suas categorias visando a conquista de reajuste geral de salários de acordo com a alta do custo de vida; c) enviar

REGIME NAZISTA

No primeiro ponto do relatório foi feita uma análise da situação reinante no país. Assinalaram os delegados que o povo paraguai "vive sob o guante de uma ditadura brutal e sanguinária, onde não existem os mais elementares princípios democráticos e não é respeitada a pessoa humana, pela total falta de garantias jurídicas".

A DIREÇÃO DOS TRABALHOS

Participaram do Encontro representantes de quase todos os países latino-americanos. Para a presidência foram eleitos: o deputado dr. Eduardo Rosenkrantz (Argentina) e o professor Maria Esther Nicolini de Fagola (Uruguai).

VIOLAÇÃO DE FRONTEIRAS

Na última parte da agenda, o Encontro denunciou as repetidas violações das fronteiras dos países vizinhos, pela polícia de Stroessner, em perseguição a patriotas que procuravam refugiar-se, sendo que mesmo alguns as-

NOVOS RUMOS

Diretor	
Orlando Bonfatti Júnior	
Diretor Executivo	
Fragson Borges	
Redator Chefe	
Luis Guzzano	
Gerente	
Guttemberg Cavalcanti	
Redação:	Av. Rio Branco, 257 - 17º andar - S/1113
	Tel.: 45-754
Gerência:	Av. Rio Branco, 257 - 9º andar - S/908
SUCURSAL DE SÃO PAULO:	Rua 15 de Novembro, 338 - 8º andar - S/821
	Tel.: 95-4453
Endereço telefônico	
«NOVOS RUMOS»	
ASSINATURAS:	
(Somente a edição semanal)	
Anual	Cr\$ 1.000,00
Semestral	500,00
Trimestral	250,00
ASSINATURA ABRIL	
Anual	Cr\$ 2.300,00
Semestral	1.200,00
Trimestral	600,00
Mensal avulso	20,00
Número atrasado	30,00

Dois cartas sindicais expe-

Liga Feminina a Jango:

Política Financeira do Governo Agrava a Carestia da Vida

Terça-feira última, uma delegação da Liga Feminina do Estado da Guanabara foi recebida em audiência, no Palácio das Laranjeiras, pelo sr. João Goulart, a quem fez a entrega de um memorial, com 25 mil assinaturas, apontando a responsabilidade dos poderes públicos pela carestia da vida e reclamando medidas concretas capazes de conter a tremenda alta dos preços.

O memorial, lido pela sra. Ana Montenegro, lembra que as promessas feitas anteriormente pelo Governo à Liga não foram cumpridas, enquanto novos favores foram concedidos aos grupos privilegiados e "as esperanças de dez milhões de brasileiros que disseram 'não', expressando as mesmas esperanças da maioria da população, vão se gastando, todos os dias, consumidas por novos aumentos". Acrescenta o memorial que o problema da carestia não pode ser encarado "sem dentro do quadro da atual política financeira, cujos resultados estão agravando, perigosamente, a marginalização social de grandes massas populares em nosso País, particularmente no que diz respeito à infância, a quem se está negando o mais elementar de todos os direitos — o de sobrevivência". E dirigem as mulheres uma série de perguntas candentes ao Presidente da República: porque os latifundiários da Confederação Rural Brasileira foram favorecidos com um aumento de 50 por cento no preço do leite, que é vendido ao consumidor mais caro que para a industrialização? Porque 85 por cento da safra de café são financiados, antecipadamente, enquanto não se aplica uma política de preços mínimos, como manda a lei, para os gêneros de primeira necessidade? Porque "nós as donas de casa, os trabalhadores, devemos pagar 3 bilhões e 500 milhões de cru-

zeiros a uma companhia estrangeira, cujo contrato está vencido e cujo acervo imprestável já foi pago centenas de vezes?" Porque pretender conseguir divisas com a carne, se é tão baixo o seu consumo dentro do país devido a seu altíssimo preço? Por que uma simples portaria da SUMOC beneficia em 5 bilhões de cruzeiros os exportadores de algodão? Por que se admite que os moinhos continuem a sabotar a cultura do trigo?

Depois de estranhar o apelo feito pelo ministro San Tiago Dantas às donas de casa ("não comprem hoje, comprem amanhã"), diz o memorial: "No entanto, nenhuma medida foi tomada, contra os frigoríficos estrangeiros, os latifundiários, os grandes produtores, os exportadores testas-de-ferro dos trustes, os monopolistas e sonegadores dos gêneros de primeira necessidade, os fabricantes de leite em pó". Acrescenta o documento: Sabemos que a raiz de todos esses problemas, que nos preocupam e nos afligem, está nas causas que dizem respeito à dependência econômica do País, onde os lucros dos investimentos estrangeiros atingem até a porcentagem de 1.000 por cento, e cujos responsáveis por esses investimentos ainda usam de artifícios como o da Aliança para o Progresso que segundo declarações do sr. David Rockefeller, "deve aplainar o terreno para novos investimentos". Por fim, para fazer face à tremenda situação atual, a Liga Feminina apresenta as seguintes medidas, "que não podem esperar mais pela simples boa vontade dos poderes constituídos".

1.º — Nacionalizar as empresas estrangeiras com atividades nos setores de produção de bens de consumo, que devem ser considerados como "bens públicos", e cujo monopólio é atentatório à segurança nacional; — tri-

coríficos, moinhos, fábricas de leite em pó;
2.º — considerar o leite um alimento social, organizando, imediatamente, uma empresa estatal para a distribuição do produto "in natura", nos grandes centros consumidores;
3.º — suspender o financiamento para estocagem de carne, por parte dos frigoríficos estrangeiros, e conceder créditos a pecuaristas e abatedores nacionais, tabelando, no entanto, o produto desde o novilho de corte;

4.º — operar a compra, o transporte e a revenda, através dos órgãos oficiais e utilizando os mercados públicos, de gêneros de primeira necessidade, como o arroz, o feijão etc.;
5.º — utilizar, intensivamente, os transportes ferroviários e marítimos, objetivando o barateamento dos gêneros alimentícios;

6.º — proibir que as empresas de produção e comércio de artigos como o açúcar, o sal e o mate, sob o controle de autarquias federais, auferam lucros além dos limitados à manutenção das mesmas, cujos lucros, se houver, devem ser rigorosamente investidos no rendimento técnico da produção;

7.º — isentar dos chamados impostos de barreira todos os produtos vendidos, diretamente, do produtor ao consumidor;

8.º — instalar cooperativas de produção agrícola com isenção de todos os impostos, inclusive os de barreira;

9.º — desapropriar, imediatamente, as áreas circundantes dos grandes centros urbanos, para fins de produção agrícola, proibindo qualquer exploração imobiliária;

10.º — permitir a participação das donas de casa e dos trabalhadores, em todos os órgãos cuja atividade esteja relacionada com o abastecimento e o controle de preços;

11.º — reformar as leis tributárias, no sentido da eliminação do imposto de vendas e consignações para gêneros alimentícios e utilidades indispensáveis;

12.º — taxar, progressivamente, o imposto de renda;

13.º — unificar os livros didáticos em todo o territó-

rio nacional, com exceção de aspectos geográficos regionais, dando-lhes validade técnica durante cinco anos, com a audiência de professores militares, credenciados por órgãos de classe;

14.º — tabelar o livro didático;

15.º — tabelar as anuidades escolares e intervir nos estabelecimentos que não respeitem o tabelamento;

16.º — punir os sonegadores e especuladores, aplicando, realmente, a Lei Delegada n.º 4/62;

17.º — constituir uma autarquia, através da unificação dos laboratórios, já existentes, do governo (Exército, Marinha, Oswaldoz Cruz, etc.), promovendo a nacionalização (de fato) dos grandes laboratórios estrangeiros, de acordo com o trabalho elaborado pela Comissão de Defesa e Desenvolvimento da Indústria Farmacêutica Nacional;

18.º — apoiar o projeto do Deputado Sérgio Magalhães, para a reforma urbana, no sentido da desapropriação, por interesse social, dos imóveis locados por 10 ou mais anos, em favor de seus inquilinos;

19.º — encampar todas as empresas estrangeiras de serviço público, de acordo com o custo histórico e por processo jurídico; e imediatamente revisar das extorsivas taxas de luz e gás;

20.º — cumprir rigorosamente, o Poder Executivo) a Lei de Remessa de Lucros;

21.º — limitar o financiamento aos grandes produtores de café à quantidade exata absorvida pelo mercado internacional, com a extinção do financiamento;

22.º — revisar as Instruções da SUMOC, no sentido do estabelecimento do monopólio do câmbio de custo;

23.º — estabelecer o monopólio da importação, do refino e da distribuição do petróleo e derivados, no sentido da economia independente do país.

JANGO RESPONDE

O Presidente da República respondeu à delegação feminina, afirmando que se tinha pessoalmente empenhado em receber as representantes da Liga, pois compreendia as aflições das mulheres, das donas de casa. Disse que recebia o memorial como uma contribuição ao Governo. E afirmou: "O povo deve mobilizar-se e organizar-se em torno da luta por medidas como as que são preconizadas pela Liga Feminina. Só assim pode o povo conquistar as suas reivindicações". Referiu-se ao projeto de reforma agrária enviado ao Poder Legislativo e terminou declarando que quer estar sempre em contato direto com o povo.

Falaram ainda, na ocasião, o ministro Hélio de Almeida e o diretor dos Correios e Telégrafos, coronel Dagoberto Rodrigues.

PLANO TRIENAL A CAMINHO DA FALÊNCIA

Jacob Gerender

Entramos já no quarto mês de aplicação do Plano Trienal e os fatos se acumulam. A vista de todos, para desmentir rotundamente a atorada otimista dos seus patrocinadores. E, com vigor proporcional, confirma-se a justiça da posição dos comunistas e de outros setores patrióticos, que não vacilaram em denunciar aquele programa econômico, expressão pioneira de uma orientação antinacional e antipopular, para ser desenvolvido, precisa ultrapassar o estribo plano econômico-financeiro e assumir caráter generalizado.

A razão de ser básica do Plano Trienal era a necessidade de reduzir a taxa de inflação, trazendo-a do ritmo galopante atual para um ritmo de inflação "doméstica". Semelhante razão de ser hoje se desvanece, e não porque o Plano Trienal deixou de ser aplicado, mas, inteiramente ao contrário, porque está sendo aplicado com rigor.

Porventura não foram eliminados os subsídios ao consumo do trigo e da gasolina, não foram majoradas em muitas vezes as tarifas ferroviárias, não se reduziram drasticamente as despesas governamentais e não se estabeleceram tetos para o crédito bancário, etc. etc.?

Tudo isto tinha sido recomendado pelo Plano Trienal e tudo isto vem sendo levado à prática com inflexibilidade, o que, aliás, contrasta com o modo de agir habitualmente gelatinoso do sr. João Goulart. Este fez mais ainda: proibiu a elevação do preço do aço de Volta Redonda, o que constituiu régia subvenção às empresas privadas consumidoras da produção siderúrgica, em primeiro lugar à indústria automobilística, embora, por isso a empresa estatal se visse obrigada a arcar com grande prejuízo e impossibilidade de cumprir o seu programa de investimentos.

Ela, então, o primeiro resultado da política aplicada de janeiro a março deste ano, o custo de vida, na Guanabara aumentou em 18%, segundo dados da Fundação Getúlio Vargas. Em igual período do ano passado, o aumento do custo de vida havia sido de 8%, ou seja, a metade do aumento correspondente ao primeiro trimestre de 1963 e inferior mesmo à elevação verificada somente no mês de março último, cujos 9,7% marcaram o máximo mensal já atingido pela inflação no Brasil. É possível, pois, a esta altura, prever que o nível de preços, em 1963, se elevará muito acima dos 25% fixados pelo Plano Trienal, cabendo levar em conta que, no segundo semestre, em regra, as pressões inflacionárias costumam ser mais fortes do que no primeiro semestre.

Ferde o Plano Trienal, por conseguinte, sua própria razão de ser. Caminha para falir no que era a bem dizer, o seu único objetivo.

A continuar esta política econômico-financeira, é inevitável que a situação se agrave. O Plano Trienal pre-

ve o reajustamento das taxas cambiais de acordo com a elevação dos preços internos. No seu comunicado de 25 de março, em Washington, o sr. San Tiago Dantas reafirmou que "a taxa cambial não será dissociada do nível interno dos preços". Em linguagem mais clara, isto significa que o cruzeiro deverá sofrer brevemente nova desvalorização. E que outra consequência poderá advir da desvalorização cambial do cruzeiro senão um novo impulso à elevação geral dos preços internos?

Mais uma vez, a nação será sacrificada para enriquecer os latifundiários e as firmas exportadoras, a pretexto de que é necessário incrementar as exportações a fim de obter mais divisas. Ora, a experiência já demonstrou em demasia que o montante de divisas, no caso de um país como o Brasil, só depende secundariamente da taxa cambial, uma vez que as decisões fundamentais no mercado capitalista mundial pertencem aos potenciais imperialistas. Bem ao contrário, é mais provável que a desvalorização cambial estimule a balança do preço-ouro dos nossos principais produtos de exportação, cuja procura é atualmente, pouco elástica, o que trará como resultado a redução — e não o aumento — do montante de divisas. Ao mesmo tempo, apesar da extrema necessidade de amolidação dos mercados externos, o comércio brasileiro com os países socialistas continua a enfrentar a propositada lentidão das negociações, a má-vontade e até a sabotagem criminosos nos altos escalões dos ministérios e departamentos governamentais.

O Plano Trienal se propunha baixar a taxa de inflação, sem afetar a taxa anual de crescimento do produto nacional, que devia ser mantida em 7%. Sucede, porém, que já em 1962, a taxa de crescimento da economia brasileira, inclusive da produção industrial, sofreu significativa redução, indicando possivelmente o início da inversão da tendência de rápida expansão econômica registrada nos precedentes dois anos.

A aplicação do Plano Trienal não podia ter, portanto, outro resultado senão o de frear ainda mais o ritmo de desenvolvimento. São sintomáticas a este respeito as notícias de desemprego na indústria paulista, que até o ano passado ainda vinha absorvendo grande quantidade de nova mão-de-obra. Os setores primeiros atingidos — auto-veículos, artigos elétricos — figuram entre os que exploram em larga escala as vendas a crédito, mas, se prosseguir esta tendência, os reflexos da contenção se farão sentir inevitavelmente nos demais setores industriais.

Os trabalhadores enfrentam, assim, neste momento, os flagelos da elevação vertical do custo de vida e do desemprego que começa a se

manifestar na Área mais dinâmica da economia brasileira. A propósito do custo de vida, basta mencionar que, desde novembro do ano passado, quando foi decretado, até março do ano corrente, o último salário mínimo já pago, na Guanabara, 29 por cento do seu poder aquisitivo inicial, segundo dados da Fundação Getúlio Vargas. Diante desta situação, o governo do sr. João Goulart ameaça congelar os salários, a pretexto de enquadrar os reajustamentos salariais nos limites da elevação do custo de vida. Que isto não passa de pretexto, demonstra-o a decisão governamental, reafirmada em Washington pelo sr. San Tiago Dantas, de cumprir à risca o Plano Trienal, concedendo somente o aumento francamente irrisório de 40 por cento ao funcionalismo civil e militar da União.

As lutas salariais adquirem, nesta emergência, independente de que pensem os seus participantes, um caráter diretamente político. Trata-se não apenas de alcançar outro reajustamento, mas de derrotar a política econômico-financeira do Governo, que visa sacrificar ainda mais os trabalhadores, a fim de proteger os interesses do grande capital estrangeiro e nacional sob a pressão evidente dos círculos monopolistas norte-americanos. Defendendo os seus salários, os trabalhadores defendem igualmente os interesses nacionais, e, na medida em que tenham consciência desse fato e o salubrem, não vincularão a reivindicações antimonopolistas e democráticas, poderão assumir a vanguarda da luta pela emancipação do país e pela reforma agrária radical. Esta é a situação decisiva, que hoje se apresenta diante do movimento operário e de todos os trabalhadores da cidade e do campo. A afirmação dos interesses nacionais impõe a necessidade de barrar a aplicação do Plano Trienal e eliminar suas nefastas consequências para o povo brasileiro.

O mais grave consiste, todavia, nos resultados da missão San Tiago Dantas a Washington. O Plano Trienal foi uma espécie de credencial com que a missão se apresentou nos Estados Unidos, a credencial da "boa vontade" para com o capital monopolista norte-americano. Este, através das agências do governo Kennedy, não concedeu, de imediato, mais do que 84 milhões de dólares e a prorrogação pelo Fundo Monetário Internacional de um pagamento de 26 milhões de dólares. Os restantes 300 milhões prometidos ficaram na dependência de novas negociações com o FMI, que enviará uma missão ao nosso país, e com os círculos financeiros da Europa ocidental e do Japão, estendo uma parte, que procederá à Agência para o Desenvolvimento Internacional, ainda sujeita à aprovação de verbos pelo Congresso dos Estados Unidos para o ano fiscal de 1963-64. A coisa é clara: o dinheiro lanqueará pingando à medida em que forem cumpridas as

cláusulas expostas no comunicado assinado pelo sr. San Tiago Dantas. Daí que afirmou o sr. David Bell no seu comunicado: "O desdém dasse fundo deve ser escalonado no tempo, como for requerido pelo programa e parcialmente à realização das medidas descritas por ele". (Ver O Estado de S. Paulo, de 26-3-1963. O grifo é nosso — JG).

As "medidas descritas" são as do Plano Trienal e outras correlatas, que constatações a atual política econômico-financeira. Segundo a revista *Vida*, no seu número de 5 de abril, "San Tiago obteve um êxito parcial e pressivo ao contornar o caminho da consolidação unilateral ou moratória, que precipitaria uma crise de raiz econômica".

Para a revista lanqueado pode ser, é evidente, um êxito ter fugido de recorrer à única solução realmente de acordo com os interesses nacionais: a suspensão dos compromissos externos, enquanto não for superada a crise do balanço de pagamentos. Não se adotou esta solução, que multiplicaria muitas vezes o nosso poder de negociação com os credores de um lado e outro do Atlântico e que poderia ser apoiada na aceitação da ajuda soviética, recentemente reafirmada pelo primeiro-ministro Nikita Krushchov. Em compensação, a missão do ministro da Fazenda, em nome do Governo Goulart, aceitou condições de subserviência, que amarraram a economia brasileira aos ditames dos seus exploradores e imperialistas e democráticos, poderão assumir a vanguarda da luta pela emancipação do país e pela reforma agrária radical. Esta é a situação decisiva, que hoje se apresenta diante do movimento operário e de todos os trabalhadores da cidade e do campo. A afirmação dos interesses nacionais impõe a necessidade de barrar a aplicação do Plano Trienal e eliminar suas nefastas consequências para o povo brasileiro.

O mais grave consiste, todavia, nos resultados da missão San Tiago Dantas a Washington. O Plano Trienal foi uma espécie de credencial com que a missão se apresentou nos Estados Unidos, a credencial da "boa vontade" para com o capital monopolista norte-americano. Este, através das agências do governo Kennedy, não concedeu, de imediato, mais do que 84 milhões de dólares e a prorrogação pelo Fundo Monetário Internacional de um pagamento de 26 milhões de dólares. Os restantes 300 milhões prometidos ficaram na dependência de novas negociações com o FMI, que enviará uma missão ao nosso país, e com os círculos financeiros da Europa ocidental e do Japão, estendo uma parte, que procederá à Agência para o Desenvolvimento Internacional, ainda sujeita à aprovação de verbos pelo Congresso dos Estados Unidos para o ano fiscal de 1963-64. A coisa é clara: o dinheiro lanqueará pingando à medida em que forem cumpridas as

Nota Econômica
José Almeida

Palavras que não convenceram

Voltou o ministro San Tiago Dantas à televisão, esta semana, para falar sobre a política econômico-financeira do Governo e, naturalmente, defendê-la. Forçoso é, porém, reconhecer que, apesar da indiscutível capacidade do ministro, a ingratidão da causa não permitiu que ficasse nos ouvidos uma boa impressão. Pelo contrário: finda a exposição, os que a ouviram só puderam concluir que os preços continuariam a subir, que a produção industrial (pelo menos a de bens duráveis) não está aumentando e que em alguns setores começa a concretizar-se a terrível ameaça do desemprego. Chame-se a isso deflação, ou pré-estabilização, como quer o ministro San Tiago Dantas, o fato é que o combate à inflação não está sendo conduzido nos termos em que o Plano Trienal prometera fazer-lo, isto é, mantendo uma elevada taxa de desenvolvimento.

De resto, não podia ser de outra maneira, desde que o programa antiinflacionário adotado pelo Governo foge às causas básicas da inflação, que são a espoliação imperialista — através da deterioração da relação de trocas e da transferência de riquezas do País para o exterior, através das empresas imperialistas — e uma estrutura agrária anacrônica. Renunciando a enfrentar esses dois males fundamentais, qualquer programa antiinflacionário não pode deixar de resvalar para as receitas monetaristas do FMI, como o demonstram sob todos os lados os exemplos da Argentina, do Peru, da Colômbia, do Chile e de alguns outros países subdesenvolvidos.

Afirmou com grande dose de razão o ministro San Tiago Dantas que existe unanimidade quanto à necessidade do combate à inflação. Por diferentes motivos: para os trabalhadores e, em geral, os assalariados, porque a inflação representa o permanente esvaziamento do poder de compra dos seus salários e vencimentos; para as classes possuidoras, pela carga de ameaças que a inflação encerra quanto à estabilidade econômica e, principalmente, social. Acrescentou que cessa tal unanimidade quando se trata de encontrar os métodos de combate à inflação. É perfeitamente natural que seja assim. Do ponto de vista da classe trabalhadora, só pode merecer a mais viva oposição uma política antiinflacionária que, tal como a política inflacionária, acar-

reta também ela a queda do poder de compra dos salários e, o que é ainda pior, o desemprego e a decadência econômica. Poderia supor um homem da capacidade do ministro San Tiago Dantas que os trabalhadores viessem a dar apoio a semelhante política? Claro que não. Ali está o caso do aumento para o funcionalismo público. Foi fixado em torno de 40%. Mas, será isso aceitável? Claro que não, pois a elevação do custo de vida, desde o último aumento, em abril do ano passado, foi muito superior àquela taxa. Só nos últimos quatro meses, de dezembro a março, a elevação de 56% no custo da alimentação representou para os que vivem de baixos salários um aumento de 24% no custo da vida. É perfeitamente compreensível que as categorias de trabalhadores servidores públicos — ferroviários, marítimos, portuários, etc. — não possam aceitar aquele teto. É natural que lutem para elevá-lo de modo a pelo menos manter o seu nível de vida que, apesar de tudo o que se escreve na grande imprensa, está longe de ser satisfatório.

A política antiinflacionária não pode ser conduzida com aprovação de todas as classes. Por isso mesmo, se o Governo tivesse êxito nesse seu propósito de baixar à força o nível de vida dos servidores públicos, certamente não poderia contar com seu indispensável apoio — nem das massas trabalhadoras, em geral — para levar a cabo uma medida progressista como será a de fazer com que o café contribua com 100 bilhões de cruzeiros para os cofres públicos, este ano. Nem, tampouco, encontrará forças para resistir à pressão de todos os grandes exportadores no sentido da desvalorização do cruzeiro. E como o café, em particular, e o setor exportador, em geral, são poderosos fatores inflacionários, reconhecidos até mesmo pelo Governo, somente será possível neutralizá-los com um apoio correspondente de forças sociais de sinal contrário.

Eis por que, telando em persistir na camisa-de-força monetarista do FMI, longe de combater a inflação, estaremos agravando o processo inflacionário. Por dois lados: por novas e maciças emissões e pela queda da produção. Sabe-se que o critério da verdade é a prática. E que nos mostra, senão isso, a realidade argentina?

Diante da Ameaça de Goipe CGT Poderá Deflagrar Greve Geral a Qualquer Momento

"O Comando Geral dos Trabalhadores dirige-se a todos os companheiros convidando-os a que unidos e organizados respondam com uma greve geral a qualquer tentativa de golpe que se pretenda consumir" — eis a palavra de ordem dada pelo CGT aos comandos estaduais e a todos os trabalhadores brasileiros, em manifesto divulgado na semana que passou e que pela sua importância como documento político e como orientação para os trabalhadores transcrevemos na íntegra:

"O Comando Geral dos Trabalhadores dirige-se a todos os trabalhadores para denunciar a conspiração de um golpe de direita tipo 'gorilas' da Argentina, com o objetivo de liquidar com todas as liberdades democráticas e os direitos sindicais. Forças que hoje comandam a Nação, de concessão em concessão, caminham para uma posição a reboque dos interesses antinacionais e dos que lutam tenazmente contra as reformas de base — principalmente a agrária — que virão tirar a Nação e o seu povo da situação de fome e miséria em que se encontram.

"Objetivam, também, impedir que se desenvolva o processo democrático, único meio capaz de garantir as conquistas nacionalistas de

nosso povo — Petrobrás, Eletrobrás, Siderúrgica Nacional, Alcais, política externa independente, etc. — as vitórias sociais e econômicas dos trabalhadores como a revisão periódica dos salários, fiscalização das leis trabalhistas, participação na administração da Previdência Social, etc. e a concretização das novas reivindicações que se encontram consubstanciadas no Manifesto do Encontro de São Paulo.

"Prendem com isso, os inimigos de nossa Pátria — civis e militares — golpear as liberdades e implantar uma ditadura que, evitando as reformas reclamadas pela Nação, garanta a preservação dos odiosos privilégios ainda imperantes em benefício dos latifundiários, especuladores, atravessadores e representantes dos grupos financeiros que espoliam e vendem o Brasil.

"Querem através da força e da violência impedir a aplicação de uma política externa independente, que consagre o princípio da autodeterminação dos povos.

"Querem intervir nos sindicatos, nas Federações, Confederações, Sindicatos, Pactos de Unidades e Ação e no CGT, para assim sufocar a grande luta patriótica pelas reformas já referidas e pela ampliação das liberdades. Dessa forma visam os golpistas implantar o congelamento dos sa-

lários, vencimentos e impedir a consolidação das conquistas dos trabalhadores e do povo em geral.

"O Comando Geral dos Trabalhadores está permanentemente à frente da luta contra a consumação do golpe que os 'gorilas' tramam contra a emancipação econômica, política e social da nossa Pátria. Por tudo isso, o Comando dirige-se a todos os trabalhadores para, unidos e organizados, responderem com uma greve geral, se qualquer tentativa de golpe se consumir.

"Determinamos aos companheiros dos Comandos Estaduais dos Trabalhadores, às Federações, às Confederações, aos Sindicatos e aos Pactos, que mobilizem imediatamente os trabalhadores para, na luta cotidiana pelas suas reivindicações, aguardarem mobilizados a palavra de ordem do CGT, que pode ser dada a qualquer momento que se tornar necessária a Greve Geral.

"Estamos certos de que, unidos como sempre aos compositores, estudantes, parlamentares nacionalistas intelectuais progressistas, enfim, juntamente com todas as forças patrióticas civis e militares, conquistaremos a vitória, porque os nossos objetivos são justos, humanos e correspondem aos permanentes interesses do Brasil e dos milhões de brasileiros das cidades e do campo".

Fora de Rumo
Paulo Motta Lima

Na semana em que se iniciava a batalha das reformas de base o sr. João Goulart deu novo impulso em sua atividade de alquimista da conciliação. Reuniu os comandantes de exércitos com o ministro da Guerra e primeiro signatário do Manifesto dos Coronéis. Com eles o presidente da República falou o cachimbo da paz. Ao mesmo tempo o sr. San Tiago Dantas compareceu à televisão para defender audaciosas teses a respeito da posição política das diversas correntes nacionais.

No começo deste mês as forças reacionárias, reunidas em torno do general Krul, ergueram a cabeça. Obedeceram a um toque de corneta dos arraiolos obscurantistas figuram que se distinguiram por suas posições gorilas na crise de 1961. Que pretendiam os autores da convocação e os que a ela atenderam? Desejavam desarticular o esquema de forças democráticas do Exército, da Marinha e da Aeronáutica. Nesse início de "putsch" eram visadas as cabeças de alguns chefes militares identificados com o movimento nacionalista. O mais hostilizado era o general Osório. Esse trabalho, que revelava uma concatenação, que encontrava cobertura em jornais de diversos matizes e que demonstrava a existência de infiltrações suspeitas no próprio Governo, foi barrado pela reação das forças populares, nas áreas civil e militar.

Fracaçada a "blitz", o general Krul procedeu ao reagrupamento de suas seções de assalto e nessa mesma ocasião o sr. João Goulart surgiu em cena, com uma bacia de panos molhados.

É interessante ver-se como nessa orquestração se portaram os grupos instrumentais. A imprensa de diversos matizes nem uma só vez desafiou. Continuou atenta à partitura e firme na execução. Tudo facilitado pelo Banco do Brasil e Caixa Econômica.

Na televisão, o sr. San Tiago Dantas descobriu a presença de uma esquerda positiva e de outra negativa. Nas fileiras da esquerda positiva imediatamente o ministro colocou o Governo, considerado, em sua imaginação, uma espécie de monólito. E a esquerda negativa? Esta, segundo o ardiloso professor, é representada pelos que preferem a inviabilidade, pelos que anunciam catástrofes, pelos que Lenin apontava como vítimas da doença infantil do comunismo, etc.

Assim começa a batalha da votação das reformas de base com uma alteração fática na posição dos que por vários modos e diversos motivos desejam combatê-las e deformá-las, transformando-as em textos de lei impraticáveis ou inócuos. Os alquimistas da conciliação vão medir forças com os que desejam reformas efetivas, conseguir os homens da esquerda positiva impingir ao País um amontoado de reformas negativas?

Uma Vanguarda de Ação Dirigente de Grandes Massas

Melões Vinhas

Comemoramos o 41.º aniversário de fundação do PCB com êxito no processo da formação marxista-leninista da vanguarda comunista brasileira.

No último encontro nacional, aprovamos importantes resoluções que guiam nossa ação política, ideológica e orgânica. A resolução sobre a política de organização é sem dúvida uma contribuição histórica para a sua constituição como movimento marxista-leninista. Essa resolução é fiel às ideias centrais das resoluções da Convenção Nacional de 1960 e procura sistematizar experiências históricas.

Apresentar a necessidade de interpretar com acerto a época em que vivemos, como condição objetiva para aplicar com êxito esta política de organização, assenta um golpe no dogmatismo e no sectarismo, de um lado, e no nacionalismo burguês e no revisionismo, de outro. No processo histórico do movimento comunista brasileiro, constitui um fato comprovado que toda vez que acerta na interpretação correta da situação internacional, avança, e, pelo contrário, quando não acerta nesse sentido, se atrasa. Isto se relaciona com a tese marxista que caracteriza o movimento revolucionário como um processo que possui dois aspectos inseparáveis: o externo e o interno.

A própria fundação do Partido abarca esses dois aspectos: surgiu como resultado do desenvolvimento industrial, do crescimento do proletariado e de suas lutas, de um lado, e dos restos da grande Revolução de Outubro, de outro. Outros fatos históricos comprovam esta afirmação. Em 1923, a constituição da Aliança Nacional Libertadora, ao combater a luta contra a guerra e o fascismo, foi fortemente influenciada pela situação internacional, corretamente analisada. Também durante a II Guerra Mundial, a linha de união nacional contra o nazifascismo foi uma decorrência da situação que se criou com a entrada do Brasil na guerra. Finalmente, a nova situação internacional criada com a formação do sistema socialista e o avanço do socialismo — situação esta analisada em profundidade pelo XX Congresso do PCUS — teve também decisivamente na orientação seguida pela Convenção Nacional de 1960.

A resolução, ao insistir em que uma outra condição para a construção de uma vanguarda de novo tipo, para levar à prática a atual política, deve estar relacionada com o ascenso do movimento de massas, "nas diferentes lutas", "que se estendem a setores cada vez mais vastos das massas trabalhadoras do povo", assenta um outro golpe na concepção errônea de que o movimento pode desenvolver-se fora do deslizado do movimento de massas.

A construção de uma vanguarda de novo tipo não é uma questão ou um problema em si; a vanguarda não existe para si como um fim, mas é um fenômeno inseparável de outros objetivos das forças sociais que

fazem a História, que criam as organizações do povo e que realizam a revolução. Esta é uma outra experiência sistematizada do movimento operário e apresentada-se com particularidade de nossa longa prática. Exatamente no ascenso de "setores cada vez mais vastos das massas do povo", quando, com a nossa linha política, mais nos aproximamos da realidade nacional, englobando forças correspondentes ao caráter da etapa da revolução brasileira, o movimento se eleva como força de ação, cresce e se liga às massas.

Isto ocorreu na época da Aliança Nacional Libertadora, durante a etapa da legalidade e após o XX Congresso do PCUS; ao contrário, quando a construção da vanguarda é orientada apenas como organização para si, que se basta a si mesma, o movimento permanece isolado e não se desenvolve, a exemplo do que ocorreu na sua primeira década de existência e na década de 1948 a 1957, quando dominavam as linhas imbuidas de subjetivismo e de dogmatismo.

Ainda agora, com a linha política aprovada na Convenção Nacional, que interpreta com justiça a realidade nacional da época que vivemos, a resolução sobre a política de organização apresenta a contradição entre as condições objetivas extremamente favoráveis e a situação de deficiência em nossos filiais. É que não sabemos ainda aproveitar, como é necessário e possível, a nova época que atravessamos, caracterizada na Declaração dos 81 Partidos, e o Programa do PCUS: época de transição do capitalismo ao socialismo; da possibilidade da conquista da paz e da coexistência pacífica, época da viabilidade da conquista da libertação nacional e do socialismo pelo caminho pacífico. Existem ainda incompreensões na interpretação das principais características desta época que exigem espírito criador, autenticamente marxista, e, como consequência, ainda há vacilações na aplicação em certos momentos, de uma tática audaz e flexível. O mesmo ocorre quanto ao aproveitamento dos resultados favoráveis da situação interna. Estamos sempre sob a ameaça contínua da tendência histórica de retrocesso e o processo de acúmulo de forças pela frente única em seu avanço no terreno econômico social e político, o que dificulta a obtenção de maiores êxitos na construção de uma vanguarda de novo tipo. As resoluções da última reunião nacional são importantes instrumentos na luta para derrotar incompreensões e concepções errôneas.

II

Apresentar o caráter da vanguarda que podemos e devemos construir, como sendo de ação e dirigente de grandes massas, a resolução procura golpear concepções errôneas sobre o mesmo, historicamente arraigadas em nossas filiais.

Temos tido êxitos e falhas na assimilação da teoria marxista-leninista. Constitui um fato inserido em nossos documentos e na prática que formulamos com maior acerto o

verdadeiro caráter da revolução brasileira após o XX Congresso. Somente agora aplicamos concretamente e de forma criadora as leis universais do marxismo-leninismo à realidade brasileira. Esta é a condição indispensável para uma organização de vanguarda. É a organização que faz o socialismo científico se fundir com o movimento operário. Assim, assenta um golpe no dogmatismo e no espontaneísmo. A concepção exposta na resolução sobre o movimento como dirigente de grandes massas situa no seu devido lugar o papel de destaque que desempenham as massas na História. A concepção que predominava em nossos filiais durante longos anos é que é a vanguarda que faz a revolução. Ela realizaria diretamente as ações na luta pelo poder, ao invés de orientar, dirigir e organizar a ação das massas. Tal concepção determinava outros conceitos errôneos sobre o caráter das direções, apenas como instrumentos de aplicação de decisões, da atividade prática dos comunistas, como executores de ordens apenas. Atualmente, as direções e os quadros têm que elaborar a política; sistematizar suas experiências; orientar concretamente; convencer os militantes e agir junto às massas, "às claras", a fim de desempenhar seu papel de direção de uma vanguarda de novo tipo.

Diz a resolução que a experiência internacional mostra e a nossa experiência confirma que a vanguarda não pode se fortalecer se permanece encerrada em si mesma, isolada das massas. E logo acrescenta que o trabalho interno não é um fim em si, mas se realiza com o objetivo de assegurar o êxito da atividade de vanguarda entre as massas. Esta é a sua principal missão. Não adianta "determinar" que estamos historicamente certos. Temos que provar isto no trabalho do dia a dia, para convencer as massas da justiça de nossa ação e orientação. Só então seremos, e cada vez mais, "dirigentes de grandes massas". A resolução condena tanto o espontaneísmo como a improvisação na organização das lutas.

Certamente, resulta da ação prática, apoiada naquelas concepções, uma boa contribuição para que a massa de trabalhadores organizados faça suas as bandeiras de reformas de base, da estrutura e de luta por um governo nacionalista e democrático. Uma contradição que salta à vista é o crescimento do proletariado e da população e o pequeno efetivo de militantes. Outra, é o acúmulo de forças na ação e a atividade entre as massas, especialmente as organizadas, e o crescimento muito lento das nossas filiais.

Uma pequena vanguarda contribui para o atraso na superação das deficiências históricas do deslizado dos comunistas das grandes massas, pois quanto maior o número de filiados, mais fácil torna-se a ligação com as massas. O efetivo restrito contribui para desligar os militantes da realidade, para a estagnação e a burocratização, e o efetivo mais amplo sugere melhor conhecimento da realidade, mais ativistas e renovação permanente. Um partido de massas significa um partido com grande número de militantes, recrutados entre as massas fundamentais da revolução; significa filiais com militantes com prática permanente, sob todas as formas de luta. Um partido de ação dirigente de grandes massas tem o sentido de que sua construção é feita nas grandes empresas, fazendas, escolas, etc., onde se encontram as massas e atuam as contradições de classe. No entanto, profundas são as incompreensões sobre o caráter da vanguarda comunista, o que se manifesta nas restrições à arregimentação em massa, entendendo-se que nossa missão só é de ensinar e de educar e que não temos nada para aprender com os arregimentados e com as massas. No fundo constitui nova forma sob qual se revelam as concepções sobre uma organização de "ativistas" que deve substituir as massas; de "tarefeiros cem por cento", muito acima ou muito diferentes das massas brasileiras a ponto de não poder identificar-se ou fundir-se com elas. Sem dúvida, não são apenas estas concepções que dificultam a superação destas deficiências históricas do nosso movimento e que, se possa ter um grande número de filiados. O espontaneísmo representa um outro

"sine qua non" na formação da vanguarda, porque o marxismo-leninismo nega a ação cega.

Simultaneamente, a nova concepção determina a "atividade em todos os campos da vida social". Não é só nos sindicatos ou nas associações de lavradores, mas em todos os setores da vida social, portanto, que as forças da revolução devem atuar para poderem de fato desempenhar seu papel de vanguarda de ação e dirigente de grandes massas. Assim como a linha política não se restringe a "objetivos parciais" mas sim globais, isto é, a tomada do poder, a conquista do socialismo, também a atividade de vanguarda não pode restringir-se a parcelas das classes e camadas sociais da revolução. É claro que na execução desta tarefa escolhe-se o campo da vida social para uma ação preponderante, isto é, entre as classes e camadas fundamentais da revolução: o proletariado e os camponeses.

Outra condição é ter uma prática atualizada, de vanguarda e não retardada — registradora dos fatos —; é exercer uma ação permanente com espírito de iniciativa e não expectadora e de passividade.

O sistema do culto à personalidade "militarizou" a ação dos militantes, que esperavam sempre as ordens de alguém. A vida relegou esse conceito. As nossas filiais são compostas de revolucionários, de homens que pensam, que agem e assumem a responsabilidade. Não obstante ter-se avançado neste terreno, esta deficiência, que tem raízes históricas, requer uma persistente luta para a supressão de seus resquícios, sendo necessária a assimilação de novas concepções inseridas na mencionada resolução.

Atualmente, nosso movimento desempenha cada vez mais papel decisivo no aproveitamento mais completo dos fatos favoráveis da época e da situação nacional com a finalidade de fazer avançar a revolução.

III

Na luta pela construção de uma vanguarda de novo tipo, a resolução apresenta, com uma condição de destaque, recrutar milhares e milhares de novos membros. Ao levar à prática esta indicação, assenta-se um golpe na concepção errônea de uma organização de "poucos e bons", de ativistas "cem por cento", de todos os filiados, etc.

Uma contradição que salta à vista é o crescimento do proletariado e da população e o pequeno efetivo de militantes. Outra, é o acúmulo de forças na ação e a atividade entre as massas, especialmente as organizadas, e o crescimento muito lento das nossas filiais. Uma pequena vanguarda contribui para o atraso na superação das deficiências históricas do deslizado dos comunistas das grandes massas, pois quanto maior o número de filiados, mais fácil torna-se a ligação com as massas. O efetivo restrito contribui para desligar os militantes da realidade, para a estagnação e a burocratização, e o efetivo mais amplo sugere melhor conhecimento da realidade, mais ativistas e renovação permanente. Um partido de massas significa um partido com grande número de militantes, recrutados entre as massas fundamentais da revolução; significa filiais com militantes com prática permanente, sob todas as formas de luta. Um partido de ação dirigente de grandes massas tem o sentido de que sua construção é feita nas grandes empresas, fazendas, escolas, etc., onde se encontram as massas e atuam as contradições de classe.

No entanto, profundas são as incompreensões sobre o caráter da vanguarda comunista, o que se manifesta nas restrições à arregimentação em massa, entendendo-se que nossa missão só é de ensinar e de educar e que não temos nada para aprender com os arregimentados e com as massas. No fundo constitui nova forma sob qual se revelam as concepções sobre uma organização de "ativistas" que deve substituir as massas; de "tarefeiros cem por cento", muito acima ou muito diferentes das massas brasileiras a ponto de não poder identificar-se ou fundir-se com elas. Sem dúvida, não são apenas estas concepções que dificultam a superação destas deficiências históricas do nosso movimento e que, se possa ter um grande número de filiados. O espontaneísmo representa um outro

aspecto do fenômeno, o que determina que a luta seja travada em duas frentes: contra o sectarismo e o espontaneísmo, que levam à subestimação da vanguarda.

IV

Comemoramos o 41.º aniversário em plena ação por reformas de base e por um governo nacionalista e democrático, desempenhando o nosso papel histórico na luta de nosso povo pela libertação nacional. Travamos a luta para fortalecer e colocar à altura a frente única nacionalista e democrática — instrumento da revolução.

Ao mesmo tempo que desenvolvemos a ação para unir a classe operária e organizar os camponeses para estabelecer a acertada aliança operário-camponesa, procuramos aperfeiçoar a aliança com a burguesia ligada aos interesses nacionais numa justa base de unidade e luta, aliada indispensável que é nesta etapa da revolução.

Travamos a luta pelo fortalecimento das nossas filiais, combatendo o dogmatismo e as concepções revisionistas; tanto aquelas que consideram a vanguarda como uma organização enclausurada, impossibilitada de desempenhar o papel de dirigente que lhe atribui a atualidade histórica, como aquelas que negam sua necessidade histórica e indispensável para impulsionar a revolução de libertação nacional e a conquista do socialismo.

Pazem in Terris

Que se Unam Católicos e Não Católicos Pela Paz e a Felicidade Dos Povos

Alcançou intensa repercussão em todo o mundo a nova encíclica lançada pelo Papa João XXIII — "Pazem in Terris". Trata-se, de modo geral, de um desdobramento da encíclica anterior, a «Mater et Magistra». O chefe da Igreja Católica aborda uma série de palpantes problemas da atualidade, à luz das novas tendências que se vêm firmando no seio da Igreja.

DEFESA DA PAZ

Um dos aspectos mais salientes da Encíclica é o que se refere à situação internacional de nossos dias. Essencialmente, João XXIII toma posição a favor das aspirações de paz de toda a humanidade, manifestando o seu apoio a exigências que, até há algum tempo, eram formuladas só pelas correntes progressistas de pensamento, em especial pelos comunistas. Diz textualmente o chefe da Igreja Católica: «Que cesse imediatamente a corrida armamentista, que, de um lado e de outro, as nações reduzam os armamentos que possuem, que as armas nucleares sejam proscritas, que, por fim, todos aceitem um pacto de desarmamento gradual, com múltiplas e eficazes garantias». Como se sabe, proposições semelhantes vêm sendo reiteradas vezes apresentadas pela União Soviética e demais países socialistas, inclusive nas últimas Assembleias da ONU. E no que diz respeito à redução dos armamentos e das forças armadas, todos se recordam de que já em duas ocasiões, o Governo da URSS decidiu, unilateralmente, reduzir em mais de 3 milhões de homens os efetivos de suas forças armadas. O desarmamento geral e completo, profundo, anseio dos povos, é uma exigência pela qual se bate incansavelmente a União Soviética. As potências imperialistas, em

Teoria e Prática
Apêndice do Curvêlo

OS COMUNISTAS E OS MOVIMENTOS DE MASSAS

O crescimento do movimento de massas decorre, assim, de fatores bem definidos: o nível de organização e o nível de consciência das massas trabalhadoras e populares. O primeiro exprime-se na amplitude, nos efetivos no apoio de base das organizações, no alcance da unidade orgânica e da unidade de ação do movimento. O segundo reflete-se no conteúdo, no alcance de suas bandeiras e reivindicações. Em última instância, é decorrente das influências de classe, das correntes políticas representadas em suas direções.

Nos últimos anos, vem crescendo em ritmo acelerado a presença dessas forças nas lutas de nossa classe operária. Entre 1958 e 1962, ela se firma, como nunca antes, como força independente, unitária, profundamente integrada com o interesse nacional e o interesse popular. Particularmente em 1961 e 1962, as greves gerais políticas e as reivindicações mais avançadas — incluindo já a bandeira de um governo nacionalista e democrático — trazem uma qualidade nova ao processo democrático em nosso país. As direções de entidades sindicais desafiadas, como a CNTV e outras, atuam como autênticos representantes de centenas de milhares e de milhões de trabalhadores. Os programas elaborados ligam, mais que nunca, as reivindicações da classe aos problemas e soluções de interesse nacional. Essas reivindicações já não são bandeiras isoladas: erguem-se em acordo e em conjunto com um número crescente de entidades populares — estudantes, femininas, culturais, camponesas — e com setores da burguesia ligada aos interesses nacionais.

Essa situação nova não surge, porém, espontaneamente. Ela decorre da experiência política acumulada pelos trabalhadores e do avanço realizado no domínio de sua unidade de ação e de sua unidade orgânica, das novas formas de organização, da conquista de suas direções pelas correntes mais íteas aos interesses da classe e do povo. Com isso, criam-se as condições necessárias à multiplicação e à coordenação dos movimentos de massas, e à participação mais consciente e mais ativa da população trabalhadora na vida de suas organizações e nas convenções e congressos sindicais. O livro de Jorge Telles — "O movimento sindical no Brasil" — mostra-nos isso de maneira clara, concisa e sistematizada.

O número de grevistas passa de meio milhão, em 1958, a um milhão e meio em 1960 e em 1961. O movimento eleva-se das greves locais, de âmbito de empresa, às gre-

ves de todo um setor profissional, dentro de um Estado ou em todo o país; às greves de todos os setores da classe operária, em todo um Estado (como aconteceu no Rio Grande do Sul); ou às greves conjugadas de vários setores (como no caso dos marítimos, ferroviários e seroviários), em plano nacional. Elas passam a abarcar, em plano destacado, as categorias mais importantes por seus efetivos e por seu papel na economia do país. Ao mesmo tempo, o movimento de solidariedade prolonga a unidade da classe no sentido da unidade popular. A luta reivindicatória combina-se com manifestações de rua — passeatas, concentrações, comícios — e com as bandeiras políticas de massas sindicalizadas, com as bandeiras políticas gerais: contra a carterista, pelas reformas de base, por um Poder e uma política íteia ao interesse nacional.

Essa nova qualidade nas ações de massas está ligada a uma situação também nova no terreno da unidade da classe, da organização, da democratização do movimento sindical. Os movimentos grevistas são precedidos de assembleias, com programas reivindicatórios previamente elaborados e com comandos livremente eleitos pelos trabalhadores. Os organismos inter-sindicais, eleitos democraticamente, surgem em todos os Estados e estendem-se aos municípios Os Encontros Sindicais periódicos reformam e atualizam a plataforma de luta e a unidade de ação. As conferências e convenções incorporam em forma crescente as massas sindicalizadas ao debate dos problemas da classe e do povo. Ao mesmo tempo, a justiça das bandeiras estimula o crescimento da organização sindical. O Sindicato dos Bancários da Guanabara, por exemplo, abrange 75% dos efetivos do setor. Há 1.000 delegados, representando 600 sindicatos, na I Conferência Sindical Nacional, em 1960; 1.500 delegados, em nome de cerca de 1.000 sindicatos, na II Conferência Sindical Nacional, em ano de 1962; 2.500 delegados, para mais de 1.000 sindicatos, no Congresso Sindical Nacional, em 1960. Paralelamente, o aprimoramento da luta de classes e o novo nível de organização e consciência dos trabalhadores permitem expurgar do movimento sindical certos caciques antigos, representantes das forças mais reacionárias da ORIT da CIOBR. Com isso, cresce, em todos os escalões, a influência dos dirigentes íteia à classe e ao povo — em particular dos comunistas.

A raiz do avanço do movimento operário está, assim, o avanço em sua organização, em sua democratização, na consciência política do proletariado e do povo — com seu reflexo necessário nas direções dos organismos sindicais.



munismo, enquanto recomenda a aproximação e o encontro entre os católicos e os não católicos. Na mesma linha, «O Estado de São Paulo» vem publicando sucessivos editoriais, inclusive afirmando que, no caso do Brasil, não são válidos os caminhos da unidade preconizados pelo Papa.

Tais atitudes comprovam que os inimigos do povo brasileiro não vacilam em recorrer a todos os meios, inclusive a artifícios como os mencionados — que equivalem, na prática, a uma forma de opor-se ao conteúdo da encíclica papal — para defender a eternização de seus odiosos privilégios, que resultam, quase sempre, da traição à Pátria.

As correntes progressistas brasileiras registram com satisfação o que há de novo e positivo na encíclica «Pazem in Terris» e consideram como um fato auspicioso o reconhecimento, pelo Papa João XXIII, da possibilidade e conveniência do diálogo entre os católicos e os não católicos. Os comunistas, em particular, foram sempre partidários desse diálogo, em que, preservando-se mutuamente as posições ideológicas, se avança no sentido da unidade em torno de reivindicações como a paz mundial, as liberdades democráticas e a conquista de melhores condições de vida para as massas trabalhadoras e populares.

REAÇÃO TERGIVERSA

Do mesmo modo que aconteceu com a «Mater et Magistra», a encíclica «Pazem in Terris» vem sendo sistemática e grosseiramente tergiversada pelos porta-vozes dos interesses imperialistas e reacionários, inclusive dentro do Vaticano, cujo jornal se esforça em interpretar os trechos mais importantes do documento segundo as concepções da parte mais conservadora da cúpula católica.

Esse esforço é evidente também entre nós. Ele se manifesta sobretudo nos jornais ultra-reacionários «O Estado de São Paulo» e «O Globo». Em sua edição da última segunda-feira, «O Globo» — que até há pouco tempo considerava «subversivo» todo apelo pela proscrição das armas atômicas ou pelo desarmamento — chegou ao cúmulo de afirmar que a encíclica «Pazem in Terris» é «uma veemente condenação ao comunismo», embora, como têm ressaltado os mais autorizados comentaristas internacionais, nenhuma referência tenha feito o Papa ao co-

REVISTAS POLONÊSAS

Polonia Polska Poland Polén POLOGNE

Assinatura Anual Cr.\$ 800,00

RADAR

Assinatura Anual Cr.\$ 300,00

ESCREVA-NOS SOLICITANDO CATALOGOS E MAIORES INFORMAÇÕES

EDITORIAL VITÓRIA LTDA.

R. José Cablo Duarte, 50 - Sabrosa - Tel.: 22-1413 - R. de Janeiro - 68

O Último Adeus ao Companheiro

Canto de Página

Facó

Inconsequentes

Centenas de companheiros, amigos e familiares de Rui Facó prestaram na manhã de ontem, no cemitério de S. João Batista, sua última homenagem ao escritor e jornalista de vanguarda morto em desastre aéreo na Bolívia, quando cumpria missão deste semanário.

Nosso companheiro baixou a sepultura precisamente às 10 horas. O ex-senador Luiz Carlos Prestes, o teatrólogo Dias Gomes, o escritor Milton Pedrosa, e o dirigente operário Roberto Moreira

eram alguns de seus amigos presentes. Uma delegação do Sindicato dos Bancários da Guanabara compareceu para render, em nome daquela categoria de trabalhadores, uma derradeira reverência ao intelectual revolucionário.

Durante toda a noite anterior o corpo de Rui Facó fora velado na câmara 1 da capela Real Grandeza. Prestes, o pintor Di Cavalcanti, Valério Kondor, do Conselho Municipal da Paz, o advogado Jorge Pires Chaves, entre outras personali-

dades, passaram ali parte da noite. Por ocasião do sepultamento, Carlos Marighella, em nome dos comunistas brasileiros, proferiu as seguintes palavras: "Aqui nos encontramos para o testemunho de nosso apreço e amizade a Rui Facó, na última homenagem que lhe prestamos — os que lutamos ao seu lado, os seus admiradores e amigos, os seus familiares.

Reprezentando os comunistas brasileiros, falando em seu nome e em nome de todos os brasileiros, quero dizer do quanto sentimos pela perda de Rui Facó, tragicamente desaparecido no desastre do avião de São Paulo-Bolívia.

Ja agora não o temos mais conosco, mas não nos desiludamos com a sua pena de jornalista e escritor de combate. Sempre haveremos, porém, de recordá-lo. Pelo seu espírito de luta. Pelo seu padrão de caráter. Pela fidelidade à causa do Partido Comunista, ao qual pertenceu desde a juventude e pelo qual lutou incansavelmente.

Ante o contraste gritante da terra em que nasceu, no Ceará, entre os camponeses sem terra e os latifundiários sem piedade, Facó manteve-se fiel à sua origem pobre e escolheu o caminho da luta pela liquidação do latifúndio e a emancipação do povo da América, tendo também investido de sua existência.

"Nós Faremos Amanhecer o Dia..."

Américo Albuquerque

É realmente triste a morte de um companheiro como Rui Facó. Não nos viu desde 1941. Viemos, ele e eu, de 1935. Ele do Norte e eu do Sul. Encontramos na Bahia. Ambos fugindo. Eu dos comunistas do Ceará, ele dos setores do Sul. Ambos, do Estado Novo. Ele, advogado. Eu médico. Os dois, fugindo, também, à profissão. E ali colaboramos em SEIVA, que ajudamos a fazer, como juntos fizemos a campanha da Siderurgia Nacional. As duas coisas se completavam e nós sabíamos o porquê. Sem que houvesse uma base econômica de indústria nacional pesada, a cultura sobreviveria mais difícil e, sem esta, as bases do nacionalismo econômico não encontraríamos o terreno adubado.

Em fins dos idos de 1938 ou começo de 1939, num domingo, achava-me, casualmente, com ele, na redação de O Estado da Bahia, quando nos surgiu um crioulo, quadrado, forte, com uma dentadura alva, rindo, todo sujo de óleo, berrando: — Doutor, jorrou o gás! — Que gás, homem de Deus?

— O das minas, das minas de Oscar Cordeiro... Sob nossos pés tivemos molas. Demos um salto. Salto de Ilapigipe atravessamos o braço de mar e no outro lado estava o petróleo jorrando, molhando mulheres alegres de brasilidade. No mar e na costa, enquanto explodiamos de contentamento, os "blechos d'água" americanos estavam cinematografando e fotografando a costa, num trabalho de espionagem às escâncaras. Nessa tarde, perdemos na Copa Boca, para os argentinos, de meia-dúzia. Na segunda-feira o Brasil não acordou alegre pelo petróleo. Acordou triste pelo futebol.

Depois daquilo defendemos também o petróleo, como defendemos o ferro e mais tarde os minerais raros e como haveremos de defender o País inteiro contra o assalto permanente do imperialismo.

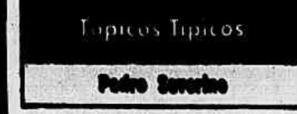
Os anos se passaram. O fascismo foi barrado pelos canhões que atravavam no Leste, onde nasce o Sol. A força dos povos do mundo, unida na bandeira do futuro, destruiu os assassinos de passo de ganho e de camisas negras. Criou-se a Siderurgia Nacional, como se criou a Petrobrás. Inocente e intocável será. E o será pela força de nosso povo do qual emana um exercício democrático que é a garantia nacional. E quando, lutando para que o dia amanhecesse para os povos da América, morre Facó, carbonizado, quem atinge em primeiro lugar os destroços do avião? Quem? Aquêles mesmos americanos que foram espionar o primeiro jorro do nosso petróleo. Os mesmos espíritos. Os mesmos adidos militares. Chegaram antes dos abutres dos Andes. E encontraram um cadáver vivo e cada vez mais vivo, tão vivo como o nosso petróleo, porque Rui Facó tem uma vida que já agora pertence a todos os camponeses, a todos os trabalhadores, a todo o povo brasileiro, a todo o imperialismo norte-americano, desta parte do mundo. Facó como Anteu, criou raízes na terra. Esta terra é a América. Suas raízes estão no povo que lhe deu força. Esta terra é sobretudo o Brasil. Rui viverá nas bandeiras jamais enroladas das lutas que herdamos dos nossos pais, dos nossos pais, dos nossos pais, dos nossos pais.

Facó, com certeza sentiram — não se devia chamar "os inconsequentes" mas talvez "os mostruosos". E eles o são, e quantos!

MERQUIOR VAI FALAR DE ESTÉTICA NO ISEB

No próximo sábado, dia 30, será instalado, no auditório do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), o Curso de Estética, composto de sete conferências de crítica José Guilherme Merquior.

tratemamente significativos da história da Arte; — Evolução do romance como gênero típico da burguesia; — Poesia: de Bandeira a João Cabral de Melo Neto; — Crítica dialética e crítica sociológica; — Alguns problemas das artes plásticas contemporâneas; — Discussão de conceitos estéticos. A frequência é aberta a todos os interessados.



Prosegue a polémica entre os pintores "figurativistas" e os "informais". No número 8 da revista espanhola marxista *Nuestros Ideas*, o crítico Pascual Garcia publica interessante artigo em que diz: "Não criticamos os informais por seus achados, quando existem, no campo das possibilidades expressivas da matéria mesma; criticamos a monotonia unilateralidade em que incorrem quando convertem tais possibilidades em objeto único da pintura".

No discutido filme de Antonioni *O Eclipse*, há uma personagem, casada com um funcionário colonialista, que regressou a Eritreia, na África, que diz para duas amigas: — A grande maioria da população vive feito macacos, trepada nas árvores. Acrescentando, depois de breve pausa: — Se já tivéssemos desido das árvores, nos espantariam todos de lá.

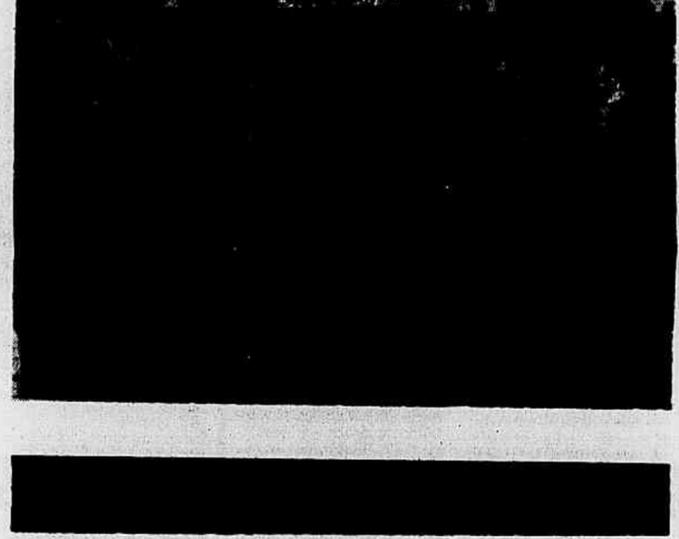
Recente encíclica papal provocou muita onda. A sua maneira, não há dúvida de que o papa João XXIII tomou claramente posição em favor da efetiva defesa da paz, pelo desarmamento, em defesa do direito dos povos à autodeterminação. A extrema direita (dentro do Vaticano, representada pelo cardeal Ottaviani (a extrema direita tem as mesmas preocupações, hoje, em toda parte), está aborrecida e alvorçada. Não será surpresa para nós que o grupo do cardeal Ottaviani tente dar um golpe de Estado. Basta-lhe ardear um bom dispositivo militar dentro da guarda suíça.

Recente encíclica papal provocou muita onda. A sua maneira, não há dúvida de que o papa João XXIII tomou claramente posição em favor da efetiva defesa da paz, pelo desarmamento, em defesa do direito dos povos à autodeterminação. A extrema direita (dentro do Vaticano, representada pelo cardeal Ottaviani (a extrema direita tem as mesmas preocupações, hoje, em toda parte), está aborrecida e alvorçada. Não será surpresa para nós que o grupo do cardeal Ottaviani tente dar um golpe de Estado. Basta-lhe ardear um bom dispositivo militar dentro da guarda suíça.

Recente encíclica papal provocou muita onda. A sua maneira, não há dúvida de que o papa João XXIII tomou claramente posição em favor da efetiva defesa da paz, pelo desarmamento, em defesa do direito dos povos à autodeterminação. A extrema direita (dentro do Vaticano, representada pelo cardeal Ottaviani (a extrema direita tem as mesmas preocupações, hoje, em toda parte), está aborrecida e alvorçada. Não será surpresa para nós que o grupo do cardeal Ottaviani tente dar um golpe de Estado. Basta-lhe ardear um bom dispositivo militar dentro da guarda suíça.

Recente encíclica papal provocou muita onda. A sua maneira, não há dúvida de que o papa João XXIII tomou claramente posição em favor da efetiva defesa da paz, pelo desarmamento, em defesa do direito dos povos à autodeterminação. A extrema direita (dentro do Vaticano, representada pelo cardeal Ottaviani (a extrema direita tem as mesmas preocupações, hoje, em toda parte), está aborrecida e alvorçada. Não será surpresa para nós que o grupo do cardeal Ottaviani tente dar um golpe de Estado. Basta-lhe ardear um bom dispositivo militar dentro da guarda suíça.

Recente encíclica papal provocou muita onda. A sua maneira, não há dúvida de que o papa João XXIII tomou claramente posição em favor da efetiva defesa da paz, pelo desarmamento, em defesa do direito dos povos à autodeterminação. A extrema direita (dentro do Vaticano, representada pelo cardeal Ottaviani (a extrema direita tem as mesmas preocupações, hoje, em toda parte), está aborrecida e alvorçada. Não será surpresa para nós que o grupo do cardeal Ottaviani tente dar um golpe de Estado. Basta-lhe ardear um bom dispositivo militar dentro da guarda suíça.



Adeus ao Bom Amigo

Zdenek Hanzpajs (Praga)

Há alguns dias, recebi uma carta do meu caro amigo Astrojildo Pereira. A notícia que ele me dava, entristeceu-me profundamente: "Hoje rompo o silêncio — e para lhe dar uma notícia muito e muito triste: o nosso Facó desapareceu num desastre de avião, quando viajava do Chile para a Bolívia."

Para terminar gostaria de citar um pequeno trecho, a título de testemunho, de uma das várias cartas que me mandou logo depois de sair a edição tcheca do livro *Brasil-Século XX*:

Para voltar a visitar o nosso país, onde em 1968 passou um mês. Mas, infelizmente, nunca se realizou esse meu sonho. Perdi uma excelente amigo, de cuja bondade, de cuja vida modesta, de cujo apartamento pobre (com os livros como a sua única riqueza) nunca me esquecerei.

Piquei completamente abalado com a notícia sobre a morte tão inesperada do grande jornalista e do excelente amigo. Perdi um dos maiores amigos que tinha no Brasil. O amigo com o qual mantive um contato quase diário durante a minha estada brasileira de tantos meses... Só Antenor Nascentes e Astrojildo fiseram mais por mim do que esse homem cheio de planos e que se encontrava no auge da sua atividade jornalística. Um homem que entendia os problemas brasileiros como poucos. Um homem que, depois de ser um simples jornalista por muitos anos, chegou a pertencer, graças à sua operosidade, entre os maiores peritos dos problemas econômicos e sociais da sua pátria. Um homem que fez várias traduções dos livros russos — fenômeno ainda raro no Brasil onde a maior parte dos livros russos se traduzem através de outras línguas...

O livro teve aqui uma boa repercussão. O seu êxito deu ânimo a Facó para que ele continuasse nesse trabalho sério e de valor duradouro. Estava preparando outros trabalhos nas raras horas vagas que lhe deixava a sua intensa campanha jornalística e as viagens que empreendia em número cada vez crescente pelo interior do Brasil. Ultimamente viajava pelo estrangeiro e uma dessas viagens lhe foi fatal.

Se eu ainda voltar ao Brasil, não terei mais oportunidade de conversar com Facó, na roda dos amigos; saborear o delicioso churrasco na Churrascaria do Leme, onde almocei com ele e com Dalcídio Jurandir no dia do meu embarque; nunca mais terei o prazer de discutir com ele os problemas do Brasil, do mundo e do meu íntimo. Nunca mais o verei aqui em Praga, cidade que ele adorava; nunca mais poderei recompensar as suas múltiplas amabilidades que me prestou no Brasil. Eu sempre sonhava com a sua viagem a Moscou onde tem o seu filho único que agora vai ficar órfão de pai e mãe (ela morreu na URSS nos anos da longa estada da família Facó na capital soviética). Pensava que ele empreenderia essa viagem via Pra-

ga, para voltar a visitar o nosso país, onde em 1968 passou um mês. Mas, infelizmente, nunca se realizou esse meu sonho. Perdi uma excelente amigo, de cuja bondade, de cuja vida modesta, de cujo apartamento pobre (com os livros como a sua única riqueza) nunca me esquecerei.

Para terminar gostaria de citar um pequeno trecho, a título de testemunho, de uma das várias cartas que me mandou logo depois de sair a edição tcheca do livro *Brasil-Século XX*:

Para voltar a visitar o nosso país, onde em 1968 passou um mês. Mas, infelizmente, nunca se realizou esse meu sonho. Perdi uma excelente amigo, de cuja bondade, de cuja vida modesta, de cujo apartamento pobre (com os livros como a sua única riqueza) nunca me esquecerei.

Recente encíclica papal provocou muita onda. A sua maneira, não há dúvida de que o papa João XXIII tomou claramente posição em favor da efetiva defesa da paz, pelo desarmamento, em defesa do direito dos povos à autodeterminação. A extrema direita (dentro do Vaticano, representada pelo cardeal Ottaviani (a extrema direita tem as mesmas preocupações, hoje, em toda parte), está aborrecida e alvorçada. Não será surpresa para nós que o grupo do cardeal Ottaviani tente dar um golpe de Estado. Basta-lhe ardear um bom dispositivo militar dentro da guarda suíça.

Professores paulistas

Salário Mais Alto Para Ensinar Melhor

S. Paulo (Da sucursal) — Acompanhando outras categorias profissionais, também os professores primários do Estado de São Paulo arremetiam-se no sentido de conquistar melhoria de seus vencimentos. No dia 18 de março cerca de 1.000 professores concentraram-se na Secretaria da Educação, para assistir à entrega de memorial elaborado pela União dos Professores Primários, do Estado de São Paulo (UPPESP). O caminho escolhido pelo magistério paulista foi o da adoção do salário mínimo, tomando por base o salário mínimo vigente. Isto porque o professorado paulista não vem recebendo remuneração condizente com suas atribuições. Ao contrário, essa remuneração vem sofrendo

uma baixa relativa, vem perdendo substância à medida que se eleva o custo de vida. Nesse particular, a UPPESP apresentou, acompanhando o memorial citado, minucioso quadro demonstrativo. Nêle, demonstra-se que um professor primário (pertencente aos quadros do ensino oficial) percebida, em 1947, remuneração equivalente a 3,61 vezes o salário mínimo vigente. Em 1950, a situação era bem melhor, apresentando uma relação de 6,38 vezes o salário mínimo. Já em 1960 evidenciava-se uma queda brusca: um professor, então, não percebia mais do que o equivalente a 1,97 vezes o salário mínimo. Em 1960, a situação apresenta-se pior. Enquanto

o mínimo vigente no Estado é de 21 mil cruzeiros, o professor percebe apenas 39.050 cruzeiros, o que não corresponde a mais do que 1,85 vezes o salário básico. Na mesma situação encontram-se os diretores, inspetores e delegados de ensino. A UPPESP apresenta, então, a solução do salário mínimo. Os professores percebem vencimentos correspondentes a 2,76 salários mínimos; 4,60 para os diretores de grupos escolares; 5,47 os inspetores escolares e 6,20 para os delegados de ensino. O secretário da Educação, padre Januário Baleiro, ao receber o memorial, prometeu uma rápida resposta, o que não foi feito até o momento. Os professores, através da UPPESP, intensificam a sua arremetição em todo o Estado, objetivando elevar a sua campanha a níveis mais altos.

Prefeito Maranhense «Proibe» Fundação de Sindicato Rural

São Luiz, Maranhão (Do correspondente) — Inaugurando-se contra as leis em vigor no País e desafiando arrogantemente o Ministério do Trabalho, o prefeito do município de São Mateus vem impedindo a fundação do sindicato dos trabalhadores rurais. O sr. Marcos Pinheiro, que é o proprietário de quase todas as terras daquele município, diz conhecer a legislação que autoriza a organização dos camponeses mas afirma que em São Mateus se faz apenas o que ele quer. Contando com a conivência do governador Newton Beio, o atriário prefeito, que anteriormente se negara a fornecer certificado de que o edital de convocação da assembleia de fundação do sindicato fora afixado na Prefeitura, mandou dissolver a própria reunião com que os camponeses inicia-

vam a vida oficial de sua organização. Na oportunidade a polícia, constituída quase exclusivamente de antigos jagunços e capangas do sr. Pinheiro, agiu com a mais brutal violência, agredindo lavradores e aprisionando o líder dos trabalhadores rurais, Martinho Nunes e o presidente da União dos Ferrovários do Maranhão, Benedito Teixeira, que compareceram ao ato. As arbitrariedades foram denunciadas ao ministro Almino Afonso e outras autoridades federais, que prometeram providências no sentido de fazer respeitar o Estatuto do Trabalhador Rural, sancionado há pouco pelo presidente da República e garantir, contra a intolância e os arrebatos fascistas dos senhores Marcos Pinheiro e Newton Beio, os legítimos direitos dos camponeses.

FAZENDA AMÁLIA: SEIS MIL TRABALHADORES IRÃO À GREVE EM DEFESA DE SEUS DIREITOS

São Paulo (Da sucursal) — Com a participação de mais de 2.000 trabalhadores da Fazenda Amália, de Santa Rosa de Viterbo, realizou-se no último domingo, uma assembleia onde foram tomadas medidas em defesa do reajuste salarial e contra a pretensão do condôzeiro Matarazzo, de fazer com que os empregados da fazenda canavieira deixem de pertencer ao IAPI. Estiveram presentes à reunião, que se efetuou na sede do Sindicato dos Trabalhadores em Alimentação daquela cidade, os dirigentes sindicais Luis Tenório de Lima, presidente da Federação de Alimentação, Wladimir Jorge Schnor, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Limeira e delegado da JRR, de Freitas e Miguel Sabino Soares, diretores do Sindicato dos Trabalhadores em Laticínios de São Paulo, Juvenício José da Silva, diretor do Sindicato dos Trabalhadores em Bebidas de São Paulo e o advogado da Federação da Alimentação, José Arouca.

FISCAIS DO IAPI VENDIDOS

A empresa, tendo em suas mãos um documento assinado por inspetores do IAPI onde se afirma que os trabalhadores da fazenda canavieira da empresa são rurais, fez um pedido de registro ao IAPI dos empregados da fazenda, certa de que o mesmo seria negado, como realmente o foi, pois basearam-se no laudo pericial dos fiscais, que demonstraram estar a serviço do usineiro. Com tal despacho em seu poder, a empregadora convocou os trabalhadores a fim de comunicar-lhes que todo o dinheiro descontado para o Instituto seria devolvido. Devido à orientação dada pelo Sindicato, os trabalhadores recusaram a de-

volução do dinheiro descontado. O propósito do conhecido latifundiário, é fugir aos compromissos que a CLT o obriga a cumprir em benefício dos seus empregados. Além disso, o escorchante desconto do aluguel de casa, voltaria a ser feito, como também possibilitaria a ele entregar a fazenda canavieira a empreiteiros, livrando-se assim das responsabilidades de empregador desses trabalhadores. Estes no caso, perderiam todas suas conquistas.

LUTA SALARIAL

Com relação à campanha pelo reajuste de salários, foram tomadas várias resoluções. Em vista da proximidade do término do último acordo salarial (30 de maio), ficou decidido desenvolver o máximo dos esforços, objetivando aumentar o número de participantes nas futuras assembleias, uma vez que a empresa tem 6.000 trabalhadores. Ficou ainda aprovada a participação de diretores do Sindicato no dia 10 do corrente, na sede da Federação, juntamente com os outros 20 sindicatos do setor de açúcar do Estado.

GREVE À VISTA

Quando ao problema de serem considerados rurais os que trabalham na fazenda da cana, ficou resolvido que a Federação enviaria um ofício ao IAPI, pedindo novo parecer, pois o que foi fornecido à empresa foi totalmente a lei que regulamenta a filiação dos trabalhadores da fazenda canavieira a aquele Instituto. Todos os trabalhadores presentes deixaram clara a sua disposição de irem até a greve em defesa de suas conquistas ameaçadas pelo latifundiário.

OPERÁRIOS CONTRA CASSAÇÃO DE MANDATOS

Operários de São João da Boa Vista enviaram ao Supremo Tribunal Federal e ao deputado Sérgio Magalhães, dois abaixo-assinados exigindo que seja declarado inconstitucional o artigo 58 da Lei Eleitoral. Manifestando o repúdio popular, afirma o documento ao Supremo Tribunal: "Apelamos a essa Corte de Justiça para que seja declarado inconstitucional o artigo 58 da Lei Eleitoral, pois somente essa medida devolverá os direitos aos eleitores, restituindo a vigência da Constituição e a tranquilidade aos lares brasileiros".

GREVE FEZ WESTERN REGRAR: READMITIDO O LIDER SINDICAL

Florianópolis (Do correspondente) — Os trabalhadores da Cia. Western foram à greve, dia 2 de abril, exigindo a readmissão do Tesoureiro do Sindicato de Telecomunicações de Florianópolis, despedido ilegalmente, num atentado flagrante contra a lei que garante estabilidade provisória ao dirigente sindical. Após demarches infrutíferas no sentido da readmissão do colega, os diretores do Sindicato convocaram uma Assembleia Geral Extraordinária que determinou a paralisação dos trabalhos. Com apenas 8 horas de greve a intrinsecidade patronal foi quebrada pelo espírito de unidade de luta dos trabalhadores, firmeza da Diretoria do Sindicato e solidariedade imediata dos Sindicatos de Florianópolis e da Federação dos Trabalhadores de construção e mobiliário.



COM ARRAS, POR PERNAMBUCO

Elisio Arimateia Ribeiro, de Fortaleza, Ceará, reclama "dos dirigentes populares do Brasil" a mobilização de todo o nosso povo para uma ação de grande envergadura contra a campanha que ameaça o governo de Miguel Arraes com uma intervenção federal. Afirma o leitor: "Está em perigo o povo pernambucano, que heroicamente deu uma resposta aos reacionários. Pela primeira vez no Brasil, mesmo enfrentando uma justiça eleitoral falha, os trabalhadores conseguiram levar ao poder um homem que procura apoiar na sua força para poder governar democraticamente. Contra isto se esboça no momento uma reação organizada em todo o País contra o governo de Pernambuco, cogitando-se inclusive de uma

intervenção federal. Os atos populares de Arraes são abafados em sua verdade cristalina. Diariamente na imprensa vendida vemos as manchetes: "Pernambuco, Ilha Vermelha"; "Governo de Pernambuco prega revolução"; "Pernambuco entregue aos comunistas" etc. Nisto notamos uma orientação nacional com o fito de afastar do poder o representante das forças populares. Depois tentaria generalizar-se esse procedimento em todo o Brasil.

Cabe aos homens de vanguarda do País, imediatamente, organizar-se contra esta ameaça clara e patente. Devem ser organizadas nos Estados congressos de apoio ao governo e ao povo de Pernambuco" — conclui.

REFORMA ELEITORAL E DEMOCRACIA

José André Borges, da Guanabara, no mesmo tempo em que sugere a transformação desta seção num Fórum Político dos Leitores, remete-nos o artigo abaixo, sobre "a reforma eleitoral e o desenvolvimento democrático da revolução brasileira".

"O Brasil vive um momento decisivo de sua transição social: o das reformas de base, indispensáveis ao nosso desenvolvimento. Embora existam, no Congresso, alguns projetos com relação à Reforma Eleitoral, quase nenhum dos deputados ao nosso parlamento tem o devido interesse em mobilizar e canalizar as forças interessadas na realização desta reforma com a brevidade que o momento exige, sem o que ela não virá.

Como sabemos, milhões de brasileiros vivem hoje completamente amargurados pela atual Lei Eleitoral, não podendo assim, tomar parte ativa na luta que compete aos que mais necessitam de uma mudança radical por serem os mais prejudicados com a vigência, incrível nos dias atuais, de uma Lei Eleitoral discriminatória: estes compreendem os milhares de cabos e soldados de nossas forças armadas, e os milhares de analfabetos. O avanço e a consciência política de nosso povo nos mostram que ele já está capacitado a fazer uso corrente do voto, pelas últimas eleições vimos como soube sufragar a quem ele realmente defendem seus interesses. Não podemos caminhar para a transição pacífica sem a remoção imediata deste grande obstáculo: a Lei Eleitoral obsoleta que temos, em verdadeiro contraste com a democracia em que vivemos, dificultando a verdadeira democratização para o qual caminhamos, inevitavelmente, numa marcha célere.

É sabido que temos 50% de brasileiros analfabetos, além dos cabos e soldados que se acham privados do voto legal. Se temos 75 milhões de habitantes e só 15 ou 25% exercem o direito do voto, como marchamos pacificamente em nossa revolução? Acreditamos que os parlamentares do povo devem-se unir, no Congresso, e pôr na ordem-do-dia essa questão de suma importância; assim como também, cabe aos operários, camponeses e todos os demais interessados juntamente com seus líderes sindicais mais autênticos e o CGT, mobilizar as massas e pressionar, em conjunto com os seus representantes no Congresso, a reação, no sentido de ser votada, urgentemente, entre as demais reformas, a Eleitoral.

Caso contrário, se não sairmos, o quanto antes, das súblicas verbais para a luta efetiva nas ruas e no Congresso é bem possível que não tenhamos as reformas reais. Acreditamos que o momento atual exige essa forma de luta. Já temos forças e condições concretas para pô-la em prática. O não atendimento desta questão poderá, a nosso ver, retardar a ação das massas e desperdiçar, assim, as condições propícias que se nos oferecem. Levando em consideração que o Brasil está esperando que os revolucionários de vanguarda deem o passo ini-

cial na unificação das forças interessadas no avanço de nossa luta, não devemos ficar no campo da simples polêmica. Temos forças novas e autênticas (embora em minoria) no Congresso e não aproveitá-las constituirá um erro imperdoável pelo que serão responsabilizados todos aqueles que cerraram seus olhos à realidade e ao momento histórico brasileiro, desprezando assim uma grande oportunidade em tornar realidade o anseio do povo.

O líder nacionalista, deputado Leonel Brizola, em suas pregações, tem frisado a necessidade de unificação de todos que lutam pela realização das reformas de base; chegou mesmo a sugerir que dessemos um prazo definido ao Parlamento para votá-las o quanto antes. É lamentável que esta sugestão não se tenha tornado realidade até o presente momento, ainda mais quando já temos uma classe operária ativa e organizada, que por duas vezes deu prova de sua força e maturidade paralisando o Brasil e impondo brilhantemente a vontade do povo às forças retrógradas; quando temos o CGT, que expressa a organização e consciência política atual de nosso povo.

Se paramos o Brasil por duas vezes e não fizermos ouvir dentro das gorilas, o agora mais do que nunca, temos não só a necessidade mas as condições objetivas para impor-lhes mais uma derrota e consequentemente, assim, que sejam votadas as reformas de base por intermédio da luta no Congresso e nas ruas, mobilizando o nosso povo em torno de seus representantes eposados recentemente; principalmente com relação à Reforma Eleitoral que virá tirar a mordida da boca de milhões de brasileiros, possibilitando, assim, a viabilidade do processo democrático de nossa revolução.

Sobemos que se pode intervir em favor do abreviamento que virá criar as condições necessárias ao desdobramento de nossa revolução segundo as condições específicas internas e externas. Mas para isto é preciso uma ação revolucionária efetiva pondo nas ruas, nos sindicatos, nas fábricas e onde for necessário a ideia de que, se pressionarmos o Congresso, coesos, seremos os simples espectadores nesse momento efervescente da luta social sem atuarmos de uma maneira direta e eficaz. Jamais teremos as reformas e nos arriscaremos, inclusive, a um retrocesso democrático. Pois a reação já vislumbra o perigo que fará tombarem as suas instituições e por isso está fazendo os maiores esforços e exigências para reduzir a nada as conquistas do povo, negociando com os nossos maiores inimigos as nossas riquezas e nossa soberania. Embora gritemos, eles levam a efeito seus propósitos e se não sairmos dessa expectativa, amanhã talvez estejamos amargando a terrível ditadura que escraviza nossos irmãos argentinos.

Não podemos, sob o pretexto de que a nossa revolução deve ser pacífica, deixar que a oportunidade das reformas seja esvaziada de seu conteúdo por omissão da forma coerente para conseguí-las o mais breve possível".

BAHIA E ANIVERSÁRIO DO PCB

F. Montalvão, de Salvador, faz um relato das comemorações do 41.º aniversário do partido dos comunistas na Boa Terra: "Os comunistas de Salvador não deixaram passar despercebido o 41.º aniversário do Partido Comunista Brasileiro. Na madrugada do dia 25 de março foram pintadas as paredes com dizeres alusivos ao PCB, ao imperialismo e exigindo a legalidade para o Partido.

Grandes cartazes cuidadosamente confeccionados foram colados nas paredes, enquanto milhares de panfletos eram colocados nas casas. A polícia mobilizou dezenas de homens, soldados armados de metralhadoras etc., e conseguiu prender 5 estudantes às últimas horas da madrugada. Como a polícia tivesse conseguido apreender algumas bombas juninas, a reação aproveitou-se do fato para "denunciar plano subversivo e terrorista". Divulgou-se que havia dinamite reservada aos Palácios e ao

Hotel da Bahia. De maneira ridícula a reação fez propaganda gratuita do Partido Comunista, mostrando-o como um Partido organizado, e que traz em si um esquema de soluções. Apresentou-nos ao povo mais uma vez.

As 20 hs. foram liberados os 5 jovens patriotas, graças à intervenção de advogados e das entidades estudantis e sindicais. Não sofreram espancamentos apesar da ordem expressa do Secretário de Segurança de "bata, depois prenda". Com a não observância desta ordem fascista, criou-se, inclusive um clima de divergências na própria polícia. A noite os comunistas se reuniram. Usaram da palavra diversos oradores, foram cantadas várias canções revolucionárias e depois foi servido um coquetel.

Compareceram operários, estudantes, líderes de massa, bem como simpatizantes do Partido. Fez-se 1 minuto de silêncio em memória do camarada Rui Paço".

APLAUSOS E SUGESTÃO

Joaquim dos Santos Queilha Júnior, de Santos, São Paulo, manda-nos uma carta animadora. Abaixo, a reprodução de alguns tópicos:

"Na semana próxima passada me foi dada a oportunidade de ler o conceituado semanário NOVOS RUMOS. Desejo nesta oportunidade expressar minhas sinceras felicitações a todos os que fazem essa folha, um jornal por intermédio do qual o inocente, bom e sofrido povo brasileiro tem uma real ideia da situação do País. Almejo que num futuro bem próximo esse porta-voz

do sadio e patriótico jornalismo brasileiro possa ter em cada grande cidade do nosso imenso Brasil uma sucursal.

Por meio desta quero também fazer uma sugestão: que o jornal faça uma série de reportagens sobre como vive o povo brasileiro, de Norte a Sul; os nossos irmãos pescadores, seringueiros, garimpeiros, colonos, comerciantes etc.

Sem mais, desejo a todos que prossigam na luta para derrotar os vendilhões da Pátria, que acreditam não ser possível um Brasil respeitado, econômica e financeiramente independente".

PORTO DE MANAUS

Francisco Máximo de Oliveira, de Manaus, Amazonas, também faz referências elogiosas a NOVOS RUMOS. E louva a atitude do governo federal em intervir na companhia estrangeira que explora os serviços do porto de sua cidade. Vejamos algumas passagens de sua carta:

"NOVOS RUMOS é um jornal que semanalmente recebe através de distribuição local. Tenho a satisfação em assegurar-lhes que o considero o órgão de imprensa mais útil ao Brasil e a seu povo.

Oxalá a difusão de NOVOS RUMOS pudesse ser feita de modo amplo e livre, e teríamos dentro em breve um povo consciente e esclarecido, apto a pugnar pelos seus direitos esbulhados e defender sua Pátria dos saques estrangeiros, notadamente norte-americanos. Pena que não tenhamos ainda os meios necessários para que sejam expulsos os prepotentes ladrões de nossas riquezas e subvertedores de nossa soberania. Quero aplaudir, pelas páginas desse órgão da nossa imprensa livre, a intervenção decretada na MANAOS HARBOUR LIMITED pelo governo federal. A empresa aludida é exploradora do

nosso porto através de concessão. Ela vem cobrando tributos elevadíssimos para promover a guarda e a movimentação da mercadoria que entra no porto de MANAOS, mas outra coisa não faz que cobrar as taxas, negar vencimentos a servidores e deixar que o porto se escangalhe dia a dia sem fazer os consertos e reparos de sua obrigação, visando entregar ao Brasil, quando terminado o contrato, a aparelhagem inteiramente inutilizada. Esse descaço vem refletir sobre a conservação dos produtos, os quais se estragam, ficando deteriorados ou avariados de tal maneira pela incidência das chuvas, que causa prejuízos vultosos às companhias de navegação quando não é aos seguros. Além desse desmazelo, ainda se julga com o direito de tripudiar dos estivadores, punindo e demittindo estes por "me dá cá uma palha".

Tenho a honra, de haver sido um dos primeiros a denunciar-lhes as falcatruas através da imprensa e por isto me sinto compensado com o ato do presidente da República que determinou intervenção na empresa intrusa, procurando, desta forma, impor-lhe o zelo, o decoro e a honestidade no PORTO DE MANAOS".

Santos Defende a Democracia Preparando-se Para Greve Geral

SANTOS (Da sucursal) — A crise política ecodida há dias no país mobilizou amplamente a opinião pública de Santos, principalmente a classe operária, através do seu movimento sindical. Desde que o governo fascista de Carlos Lacerda proibiu a realização na Guanabara do Congresso Continental de Solidariedade a Cuba, organizou-se a reação contra essa tentativa de golpear as liberdades democráticas. A reação a Lacerda se concretizou através do apoio de todas as organizações sindicais, particularmente do Fórum Sindical de Debates, que congrega 56 órgãos de classe, e da União dos Sindicatos da Orla Marítima (USOMMS), que reúne mais de 20.000 trabalhadores do porto; ao governo federal quando determinou a intervenção militar no ex-Distrito Federal para

proteção dos próprios públicos federais e desinstituição da UNE e outras entidades. Deram apoio ainda a essa atitude a União das Sociedades de Melhoramentos da Baixada, que congrega cerca de 70 entidades populares, bem como o Centro dos Estudantes de Santos, o Centro Acadêmico Alexandre Gusmão e o Centro Acadêmico Visconde de São Leopoldo. Na Câmara Municipal foi apresentado requerimento de protesto, contra os atos de Lacerda, pelo vereador Antônio Rodrigues. Durante o evoluir da crise o Fórum Sindical de Debates realizou uma reunião extraordinária, tomando várias deliberações, principalmente a de chamar a atenção dos órgãos filiados para a necessidade de se manterem alertas no sentido de cumprir as resoluções do CGT, que deliberou preparar a greve geral em defesa das liberdades democráticas.

- 1 — ficar em sessão permanente diante das ameaças das forças reacionárias às liberdades democráticas e as tentativas golpistas;
 - 2 — os trabalhadores da Baixada Santista não admitirão qualquer retrocesso nas conquistas políticas e sociais já alcançadas;
 - 3 — concitam todas as entidades que lhes são filiadas, bem como as organizações estudantis, populares e femininas a se manterem em estado de alerta face ao rumo dos acontecimentos políticos que empolgam a nação, unindo-se e permanecendo vigilantes em suas assembleias para o fiel cumprimento de qualquer palavra de ordem decretada pelo CGT, inclusive a greve geral política.
- Segundo essa orientação das organizações de cúpula, alguns sindicatos santistas já se preparam para transformar suas reuniões em assembleias permanentes.

OSASSO: CONFERÊNCIA DE JACOB GORENDER

Osasco (Do correspondente) — Operários, intelectuais, líderes sindicais e populares lotaram, dia 28 último, os salões do Sindicato dos Metalúrgicos, nesta cidade, para ouvir a conferência proferida pelo sociólogo Jacob Gorender, abordando o tema "O marxismo e o movimento operário". Em nome da comissão sindical que patrocinou o ato, falou o sr. Francisco Gomes, diretor da União dos Ferrovários da Estrada de Ferro Sorocabana. O conferencista referiu-se particularmente ao papel desempenhado pela classe operária nas lutas pela emancipação nacional e pelo socialismo, detendo-se numa exposição detalhada do que representam para o País as reformas de base, a maneira como devem ser feitas e o tipo de governo que poderá executá-las.

MANIFESTO

As dezenas de telegramas enviados às autoridades competentes pelas assembleias sindicais que se realizaram, somaram-se as manifestações por ocasião da visita, dia 9, do ministro Almino Afonso a Santos. Na recepção que lhe foi feita pelos operários, na sede do Sindicato dos Portuários, decidiu-se, unanimemente enviar um telegrama de solidariedade ao general Osvaldo Ferreira Alves por seu corajoso pronunciamento frente ao Batalhão de Guardas e outro ao presidente João Goulart, dizendo que o FED e USOMMS estão plenamente solidários com o comício convocado pelo CGT e com as palavras do comandante do I Exército. Em reunião nesse dia, as duas entidades de cúpula do movimento sindical santista decidiram dar a público um manifesto em que afirmam fundamentalmente o seguinte:

Ajuda a NOVOS RUMOS

- Func. do Banco Hipotecário e Agrícola de Minas Gerais (GB) 520,00
- Amigos de Cosmos Oficinas Caldeirões de Ferro (Mocanguê) 30.000,00
- Um amigo de Uberlândia 260,00
- Amigos do Bairro de Cantagalo (Três Rios-ER) 180,00

João Vieira

Faleceu dia 23 de março, em Birigui, o ferroviário e militante de vanguarda das lutas proletárias, João Vieira. Muito querido entre seus companheiros da Estrada de Ferro Noroeste, João Vieira, graças ao seu exemplo, contribuiu para formar numerosos elementos revolucionários.



OPERÁRIOS E CULTURA

SÃO PAULO (Da sucursal) — Realizou-se dia 8, na sede do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de São Caetano do Sul, a cerimônia de conclusão do Curso Básico de Extensão Cultural, promovido pelos sindicatos daquele município. A cerimônia foi presidida pelo presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André, Marcos Andreotti, contando com a presença de numerosos líderes sindicais e professores do curso. Como convidado especial, Rafael Martinelli, presidente da Federação Nacional dos Ferrovários, fez entrega dos certificados de frequência a 31 trabalhadores. Falando na oportunidade, pôs em evidência o

significado profundo daquele ato, como demonstração do amadurecimento da classe operária no Brasil, interessada em elevar seu nível cultural para colocar-se em condições de mais fácil e eficientemente organizar e dirigir suas próprias lutas e as lutas do nosso povo, preparando-se para as tarefas administrativas que certamente terá de enfrentar dentro de algum tempo. A primeira parte do ato foi encerrada com o discurso do presidente do Sindicato da Construção Civil, Pedro Daniel, seguindo-se a apresentação de números de teatro, canto e dança, sob a responsabilidade dos CPCs de São Caetano e de Santo André. Na foto, aspecto da solenidade.

Camponeses do Imbé Derrotam os Usineiros e Fazem Reforma Agrária

Os camponeses do Imbé — município de Campos, Estado do Rio — tomaram a iniciativa: no dia 3 de abril, sob o comando de seu companheiro José Puzosa, ocuparam as terras daquela localidade, griladas por alguns latifundiários, inclusive estrangeiros. Puzosa, o comandante das 200 famílias camponesas do Imbé, é dirigente da Federação das Associações de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Estado do Rio e tesoureiro da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB). Ao seu lado, apoiando a ação dos camponeses, estava o deputado federal Adão Pereira Nunes.

ram a boca no mundo, alardeando a existência de um "plano subversivo" em Campos e exigindo o esmagamento dos camponeses pelas forças da polícia e do Exército.

Que aconteceu e está acontecendo realmente em Imbé?



ACAMPAMENTO

Em Imbé os lavradores fizeram seu acampamento. Sob a liderança de José Puzosa (na foto assinalado pela seta), estão dispostos a resistir às violências dos grileiros e conscientes de que a causa que defendem é a causa justa. A terra é dos que a trabalham.

TERRAS GRILADAS

A região ocupada pelos camponeses está localizada nas terras da Serra das Almas, distante 80 quilômetros do município de Campos. Suas terras são das mais férteis do Estado do Rio, abrangendo 210.000 hectares de área devoluta (42.000 alqueires de 40.400 metros quadrados). São terras magníficas para o açúcar. E por isso vinham sendo griladas pelos usineiros. Eis alguns desses usineiros: o grupo francês Société Sucreries Brésiliennes; o ucraniano João Cleofas, dono da usina Sapucaia; os ingleses Walthar Frytmann, donos da usina Santa Cruz; a família Moll, através de seus testas-de-ferro, os irmãos Roberto e Rubens, donos da Usina Novo Horizonte; Venâncio, grande latifundiário, dono da fazenda Serião, grilada por meio de jagunços armados; os donos da usina São José. Além de João Cleofas, outros usineiros do Nordeste estão roubando terras do Imbé. Até usineiros cubanos que espalhavam os trabalhadores na época de Batista e fugiram de seu país com a vitória da revolução, estão se apossando de terras no Imbé.

Essa grilagem vinha campeando livremente no Imbé. Nenhuma providência tomavam os governos fluminenses para impedir que as terras passassem para o po-

der legítimo dos latifundiários.

TUDO É BAGAÇO

Para os grileiros e donos de usinas, além de seus lucros fraudulentos, tudo é bagaço. A cana, depois de moída, é bagaço inútil. Os trabalhadores, depois de horas de suor e estafa, são simples bagaço humano. Os usineiros costumam amarrar os operários e camponeses em troncos, espancá-los e até assassiná-los, como se estivessem em plena Idade Média. Pagam o que bem entendem, desprezando as leis e impedindo sua própria vontade.

E quanto mais aumentam as áreas griladas, as usinas montadas e os lucros extorquidos, maior é a voracidade dos usineiros. Malores são o abandono e a miséria da massa trabalhadora. Na cidade de Campos, encontram-se hoje mais de 10.000 trabalhadores desempregados e passando fome, sem contar os municípios vizinhos.

REAÇÃO EM DESESPERO

Não podendo mais suportar tal situação e, convencidos, pela sua dura experiência, de que a exploração e o arbítrio dos usineiros tinham a seu lado sempre as autoridades, os camponeses tomaram a firme decisão: ocupar as terras

do Imbé. Cumpriram, assim, a resolução de seu histórico Congresso Camponês de Belo Horizonte: a ação de massa para impor a reforma agrária.

Os latifundiários e usineiros, que se apossaram das terras, passaram a ser apossados pelo desespero. Não acreditavam que os camponeses se lançassem à ação, não confiavam na força e no espírito de luta dos trabalhadores. Quando tomaram conhecimento do fato, a primeira coisa que fizeram foi mobilizar a polícia para defender seus infames privilégios: 70 soldados armados de fuzis, metralhadoras e bombas, comandados por um "jagunço de anel", o delegado Ivo Barros Graça, foram mandados para impedir a mobilização dos camponeses para Imbé, com ordens para cometer toda e qualquer violência, contanto que os camponeses fossem desalojados. E, de fato, os maiores barulhões foram praticados pela polícia. Os soldados derrubaram barracas, espancaram famílias dos camponeses, roubaram dinheiro e objetos de utilidade, ameaçaram de morte os que não abandonassem as terras. Invadiram a residência do líder João Guarda, maltrataram sua esposa, prenderam um filho menor do casal e deram várias rajadas de metralhadora na casa. Não satisfeitos, os policiais rumaram

para a sede do Sindicato dos Ferroviários da Leopoldina, por eles invadido criminosamente, sob o pretexto de busca de João Guarda.

Houve serviços dos usineiros, como um Lenício de tal, candidato a prefeito de Campos derrotado nas últimas eleições, que telefonou para o comandante da unidade do Exército em Macaé pedindo-lhe que, com toda a urgência, mandasse a tropa atacar os camponeses. Desafiado, disse ao oficial que o atendeu no telefone: "Nós estamos pagando a vocês é para isso". O presidente da Câmara Municipal de Campos, Severino Veloso, outro serviço dos usineiros, levou a Câmara a aprovar um voto de aplauso ao delegado albatardiário. Não é a primeira vez, aliás, que esse Severino Veloso se vende: certa feita apresentou na Câmara um projeto proibindo a venda de produtos farmacêuticos com prazos superados, retirando-o de pauta mediante polpuda importância que lhe foi entregue pelos farmacêuticos criminosos.

Os reacionários tiveram a audácia de convocar um comício em praça pública de apoio ao delegado e contra os camponeses e os sindicatos operários. Fracasaram, entretanto: ninguém atendeu à convocação e o comício não se realizou. Deve-se assinalar que essa onda de terror e ameaças

coincidiu com a tentativa de golpe golista, comandada pelo general Kruel, na Guanabara.

VOLTAM OS CAMPONESES

Os tiros desfechados pelos jagunços policiais a serviço dos usineiros saíram pela culatra. Porque os camponeses e os operários, seus irmãos de luta, não recuaram. Os ferroviários da Leopoldina em Campos, tendo à frente o seu destacado líder Jacl Barreto, realizaram uma greve de protesto contra a invasão de seu Sindicato e de apoio aos camponeses do Imbé. Todo o movimento sindical de Campos e do Estado do Rio colocou-se no lado dos camponeses, protestando contra os latifundiários e a polícia. Os camponeses, que haviam sido dispersados pela polícia do acampamento que haviam ocupado no Imbé, voltaram à terra. E mais: se no início eram 200, hoje são mais de 200 famílias que passaram a ocupar e cultivar o Imbé. E numerosos camponeses continuam chegando, todos os dias, à procura de terra. O Sindicato dos Trabalhadores de Usinas de Campos, com seu grande líder, Almirante Costa, realizaram no dia 14, uma assembleia com a presença de mais de 2.000 trabalhadores do apoio aos camponeses em sua luta pela conquista da terra, por aumento de salários e pelas liberdades democráticas. Em passeata-monstro pelas ruas de Campos, bradaram brônco nos latifundiários e usineiros que

estão firmemente unidos a seus irmãos do campo e não permitirão que eles sejam despejados das terras que ocuparam.

DESAPROPRIAÇÃO

O deputado Adão Pereira Nunes, no lado de outros parlamentares e de líderes sindicais entraram em entendimentos com o governador Badger Silveira e dirigentes da SUPRA, fazendo-lhes ver a razão que assiste aos camponeses do Imbé e a necessidade de, quanto antes, serem a eles entregues as terras griladas pelos usineiros. Esse é o único caminho acertado. Mas para que ele se torne realidade é indispensável que se intensifique, no Estado do Rio e em todo o país, o movimento de massas de solidariedade aos camponeses do Imbé.

Nesse sentido, a ULTAB está tomando uma série de urgentes providências. Um apelo está sendo dirigido aos trabalhadores, estudantes e todas as forças democráticas do Estado do Rio, bem como de outros Estados, para que sejam redobrados o apoio e a ajuda material aos camponeses do Imbé e para que novas famílias de lavradores se transfiram para as terras agora ocupadas. Isso corresponde, aliás, aos interesses da economia e de toda a população do Estado do Rio, pois a área de 210.000 hectares de terras do Imbé, dividida em lotes de 20 hectares cada, é suficiente para que nela residam e trabalhem 10.500 famílias camponesas, com a capacidade de produzir cereais para suprir todo o território fluminense e sobrar ainda para o abastecimento de outros pontos do país.

Os camponeses do Imbé, liderados por José Puzosa — e inspirados no exemplo dos seus irmãos de Goiás, dirigidos por José Porfírio — sabem fazer a sua reforma agrária. E dão com isso um exemplo aos espolidos camponeses de todo o Brasil.

Café do Brasil na Exposição de 8 Séculos

Reportagem de Nélio Contreiras, correspondente de NR na Alemanha

A tradicional Feira de Leipzig, com os seus oito séculos de existência, foi também neste ano uma vez mais o ponto de encontro do mundo comercial. Não é sem razão que a importância da Feira, especialmente depois de 1945, vem crescendo progressivamente, ano para ano, apesar das tentativas de boicote levadas a efeito pelas "ultras" germano-ocidentais e seus aliados da OTAN, que tudo fazem para estender a "guerra fria" ao âmbito das relações econômicas entre os povos.

O campo socialista, englobando atualmente um terço da população mundial, desenvolve a sua forte economia num ritmo inatingível pelos países capitalistas mais adiantados, e a sua indústria já contribui com 37% da produção industrial mundial. Seu processo planejado de desenvolvimento, isento de crises, inflação e outras mazelas crônicas do capitalismo, aliado a um alto nível técnico-científico e ao aumento constante da produtividade do trabalho é uma realidade em vigoroso ascenso, que lhe dá condições de negociar com todos os países do mundo, na base de relações reciprocamente vantajosas, sem imposições

ou discriminações de qualquer natureza.

NA PRIMAVERA DE 1963
Leipzig sagrou-se novamente este ano, de 3 a 13 de março, para receber milhares de visitantes, homens de negócios e delegações governamentais, vindos dos quatro cantos do mundo. Leipzig é também um dos maiores centros culturais da Europa. Na sua famosa Universidade Karl Marx estudam jovens de 80 países do mundo. Bach, Beethoven, Handel são aqui executados quase diariamente nas inúmeras salas de espetáculos da cidade. Mundialmente famoso é o coro dos "Meninos Cantores da Igreja de São Tomaz", conhecido pelo público brasileiro durante uma "tournee" através da América do Sul.

Este ano, nada menos de 550 mil visitantes, provenientes de 87 países vieram a Leipzig, o nde 43 países exibiram os seus produtos, do mais alto nível técnico-científico, numa simulação pacífica, que, sem dúvida, só pode ser útil a todos. Aumentou consideravelmente a participação de firmas britânicas, que compreendendo as vantagens decorrentes da ampliação do comércio entre o Oc-

cidente e o Leste não se deixaram impressionar pelas pressões de certos círculos reacionários ingleses. Cresceu notadamente na Feira da Primavera deste ano a participação dos jovens Estados nacionais da Ásia e da África, recentemente libertados do jugo do colonialismo. Apesar das imensas dificuldades criadas pelo governo de Bonn, a participação dos homens de negócios da Alemanha ocidental e de Berlim ocidental foi bastante significativa. Nada menos de 1.400 comerciantes e industriais germanos e berlineses ocidentais vieram a Leipzig.

A INDÚSTRIA DA RDA
Uma variedade imensa de artigos e produtos industriais da mais alta qualidade enchia os pavilhões da exposição da RDA. Ai se destacavam os famosos produtos "Zeiss", novidades da eletrotécnica, da indústria de construção de máquinas, química etc. Enfim, quase todos os ramos industriais de bens de produção e de consumo estavam representados e bem demonstrado o espectacular progresso alcançado pela RDA nos 15 anos da construção do socialismo. A Alemanha Democrática é hoje o 5.º país industrial da Europa e o oitavo no mundo. Especial atenção provocaram as seções do pavilhão dedicado à mecanização e automatização do processo de trabalho. Complicados mecanismos eletrônicos, verdade-

ros cérebros, deslumbravam os visitantes e despertavam o interesse dos engenheiros e especialistas estrangeiros. Era o ponto central da exposição da indústria eletrônica.

Aumenta e se desenvolve no mundo a especialização, que no, países socialistas se processa de forma planejada, segundo os planos traçados pelo Conselho Econômico de Ajuda Mútua, tendo como objetivo o desenvolvimento harmonioso e proporcional, na base da exploração econômica racional do potencial de cada um dos países membros e de ótimas condições de produção. Da mesma forma que aumenta a especialização e consequentemente a divisão do trabalho em escala internacional, aumenta por outro lado o intercâmbio comercial entre os países altamente industrializados. É fato notório, também, que as relações econômicas entre os países altamente industrializados do campo capitalista com os países monopolizadores ou pouco industrializados, nada têm a ver com vantagens mútuas. A queda constante dos preços dos produtos primários no mercado internacional, os déficits crônicos na balança de pagamento, a desvalorização da moeda e a inflação, são expressões óbvias desta relação de rapina, na qual os imperialistas sempre levam a parte do leão. Esta, no entanto, não é nem pode-

ria ser a política seguida pelos países socialistas nas suas relações econômicas com os outros povos do mundo. Vejamos um exemplo concreto: a República Democrática Alemã está interessada vivamente em aumentar o volume comercial com o Brasil através da compra de uma maior quantidade de café, óleos, resinas, frutas tropicais, couros, minerais etc. oferecendo em troca uma série de produtos da sua indústria pesada e leve. Já é sem dúvida um progresso que o comércio entre a RDA e o Brasil tenha aumentado, de 1958 a 1962, em 28%. Na Feira da Primavera de Leipzig foram realizados negócios entre a RDA e o Brasil no valor de 1 milhão e trezentos mil dólares, o que sem dúvida é ainda uma insignificância. Quando se tem em consideração as imensas possibilidades existentes para um amplo intercâmbio comercial entre os dois países.

Aproximadamente 60% do café consumido atualmente na RDA vem do Brasil. Este consumo é ainda muito pequeno (2 quilos per capita anualmente) e o governo da RDA está empenhado em aumentá-lo. O próprio ministro do Comércio Exterior da RDA, quando da sua visita ao Brasil, jogou por terra a afirmação dos círculos ligados aos chamados "mercado tradicionais", deixando bem clara a disposição da

RDA de comprar uma maior quantidade de café do Brasil.

A RDA realizou durante a Feira de Leipzig acordos de exportação no valor de 2,8 bilhões de marcos e contratos de importação no montante de 1,3 bilhão de marcos. Países como a Índia, a República Árabe Unida, Gana e outros, figuram entre os participantes mais importantes destas transações, depois dos países socialistas.

Assim pois, existem as condições reais e objetivas para uma expansão do comércio entre o Brasil e a RDA. Negócios de bilhões, reciprocamente vantajosos podem ser realizados. Os cinquenta milhões de sacas de café estoçadas pelo governo brasileiro atualmente, esta montanha de café, sem mercado, destinada em grande parte à queima ou ao apodrecimento, pode ser transformada em máquinas para a agricultura e a indústria, em adubos, navios, fábricas, centrais elétricas para o desenvolvimento e o progresso do País.

Tudo depende da posição do governo brasileiro nesta situação concreta: ou rompemos com os "tabus" e enfrentamos com soberania a pressão dos monopólios internacionais, ampliando as relações comerciais do Brasil com o imenso mercado do campo socialista ou a crise e os problemas econômicos internos agravam-se dia a dia.



Jânio Expressa Repúdio à Ditadura Portuguesa: Queda de Salazar Depende da Unidade Dos Democratas

O ex-presidente Jânio Quadros concedeu, dia 20 de março, entrevista ao jornal "Portugal Democrático", editado em São Paulo. Pela oportunidade do documento, transcrevemos abaixo a íntegra da entrevista:

P. — Quando v. exa., em 1960, esteve em Lisboa, na qualidade de presidente eleito do Brasil, recusou visitar-se com o sr. Oliveira Salazar. Esse gesto foi muito apreciado pelo povo português. O que o motivou? No que se refere à conjuntura política, econômica e social do país, que impressões colheu durante essa estada em Portugal?

R. — Sempre fui adversário das ditaduras. Durante a campanha que precedeu a minha eleição afirmo repetidamente que, se escolhido pelo povo, não me acatularia com nenhum regime totalitário. Na primeira entrevista coletiva, em novembro de 1960, reafirmei essa posição, citando notadamente as ditaduras libéricas em resposta a uma pergunta. Em Lisboa, ao negar-me a manter contatos com as autoridades fascistas, fui apenas coerente. Seria inimaginável que o presidente eleito desmentisse pela sua con-

duta as palavras do candidato. A minha estada em Portugal foi muito agradável. Como brasileiro, já o disse, sou também português. O prazer que sinto sempre que me encontro na mãe-pátria não é contido, isento de um sentimento de tristeza. Os males decorrentes de 36 anos de uma ditadura cruel e obscurantista são demasiado visíveis para que a sua contemplação me deixe indiferente. Por incrível que isso pareça a certos brasileiros, eu me sentia em qualquer cidade portuguesa, especialmente no Porto, rodeado de tanto ou mais carinho do que na Vila Maria. E nada podia fazer por esse povo admirável! Mais de uma vez recordei a imagem de um jornal francês que apresentou o Portugal de Salazar como uma fazenda dividida entre cem famílias... **P. —** Que pensa v. exa. de Salazar e da política portuguesa do Itamarati?

R. — Minha formação democrática leva-me a repudiá-lo e cesariá-lo. O dr. Oliveira Salazar está há mais de três décadas no poder, exercendo-o discricionariamente. Tem do mundo e da problemática do Homem uma concepção que me pa-

rece absolutamente desatualizada, eu diria mesmo medieval. Admito que tenha sido um financista lustrado, mas não creio que tenha jamais servido aos interesses do povo português. A política portuguesa do Itamarati volta a enfermar de fraquezas, omissões e transigências que durante o meu breve mandato procurei eliminar. Prendemos ao povo de Portugal laços históricos muito inúteis: nenhuma política poderá destruí-los; mas sempre pensei que nenhuma atenção especial deveríamos ter para com o governo que historicamente nos ligava. Uma das primeiras decisões que fui chamado a tomar, como presidente da República do Brasil, foi a concessão de asilo político aos revolucionários do "Santa Maria". Hoje, o governo português permite-se opor uma negativa terminante a todas as diligências feitas pelo Itamarati para trazer para o Brasil os desalojados que se encontram há mais de um ano em nosso embalsado de Lisboa. Não compreendo a nossa passividade até porque em relação aos asilados cubanos o procedimento adotado foi bem outro,

«POLÍTICA AFRICANA»

P. — V. exa. foi o criador da chamada "política africana do Brasil". Qual era o desenvolvimento previsto dessa política no tocante à posição brasileira diante do colonialismo português e, mais concretamente, da guerra de Angola?

R. — A política africana do Brasil era apenas uma concepção básica de política de dignidade e independência que inaugurarei no plano internacional, quando termo a uma era de inadmissível submissão da diplomacia brasileira aos interesses de certos governos estrangeiros e de grandes monopólios instalados entre nós. No caso concreto do colonialismo de Salazar (e não de Portugal, porque o seu povo não deseja a miséria e a escravidão do trabalho forçado) impostas a milhões de africanos marquentes desde a primeira hora, quando presidente, uma clara posição em favor da autodeterminação de Angola. Sei que estadistas eminentes, como o presidente Sekou Touré, da Guiné, acharam insuficiente o que fizemos nesse campo. Os acatamentos dos políticos nacionais não tardaram, entre-

tanto, a demonstrar que as forças mais reacionárias do Brasil dispunham de um poder considerável e estavam dispostas a tudo para evitar no País as reformas de estrutura e mudanças impostas pelas necessidades do desenvolvimento nacional. No plano internacional — indissociável dos problemas internos — fui tão longe quanto as circunstâncias me permitiram na intransigente defesa da autodeterminação de Cuba e Angola. Sei que Mário de Andrade, do Movimento Popular de Libertação de Angola, pensa vir brevemente ao Brasil. Será para mim uma grata satisfação vê-lo e ouvi-lo. Só lastimo não estar hoje em condições de abrir — como era minha intenção — as universidades brasileiras aos patriotas angolanos, nossos irmãos, e auxiliar os duzentos mil angolanos que, segundo os jornais, definham nos campos de refugiados da República do Congo. O menos que as autoridades brasileiras deveriam fazer por esses desgraçados seria enviar-lhes professores, leite e medicamentos.

UNIDADE PARA A VITÓRIA

Como encara v. exa. a política de unidade de tô-

das as correntes políticas anti-salazaristas, defendida pela oposição democrática portuguesa e recentemente reafirmada na Conferência das Forças Antifascistas, realizada em dezembro passado na Europa?

R. — Vejo na unidade de todas as forças que combatem a ditadura portuguesa uma condição imprescindível ao êxito da luta que travam. No Brasil temos uma experiência bem dolorosa das consequências do macabro. Os "caçadores de felicidade" udenistas chegam aqui à objeção de aplaudir com entusiasmo um embaixador estrangeiro que, depondo perante parlamentares do seu país, se permite apontar a dedo os "comunistas" infiltrados no governo brasileiro. Se isto acontece no Brasil, não me é difícil imaginar ao que conduziria a discriminação ideológica se introduzida nas fileiras da oposição portuguesa em luta contra Salazar.

P. — O levantamento nacional, isto é, a derrubada de Salazar e da oligarquia que o sustenta, mediante uma insurreição popular, é a solução para o problema português que encara o povo. Como encara v. exa. o assunto?

R. — Trata-se de um problema interno do povo português sobre o qual não me compete fazer qualquer pronunciamento. Aliás, devo confessar que não conheço suficientemente as condições objetivas existentes em Portugal para estar habilitado a ter uma idéia definida sobre a questão da derrubada da ditadura. Lembrei apenas que uma insurreição popular não se verifica nunca apenas pelo fato de ser desejada. Ela produz-se ou não de acordo com as vicissitudes de um processo dialético cuja evolução depende da organização e da maturidade revolucionária das massas. Meu coração de católico leva-me a não aceitar a violência como solução. Mas como homem do centro-esquerda não acredito que Salazar entregue o poder por meios pacíficos.

SAUDAÇÃO AO POVO PORTUGUÊS

Acima reproduzida, o sr. Jânio Quadros entregou ao representante do "Journal" "Portugal Democrático" a seguinte saudação:

Imprensa brasileira tomei conhecimento dos horrores que, no passado, assinalaram não tragicamente a existência do Tarrafal. Uma insignificante parcela desses crimes monstruosos bastaria para apontar um regime à execração da consciência universal. Sei que no Brasil está em curso uma grande campanha contra o gesto criminoso das autoridades salazaristas, gesto que nos traz à memória os nomes de Belzen, Aushwitz e Buchenwald. A essa campanha me associo como cristão, como democrata e como português que me sinto.

"Por intermédio de Portugal Democrático, saúdo o povo de Portugal, na certeza de que se aproxima a hora da sua libertação do jugo cruel que o oprime. Brasileiro e, por isso, português, antevejo a alvorada das liberdades, na Mãe-Pátria."

NÃO Para a Divisão da GB em Municípios

Domingo, dia 21, realiza-se na Guanabara um plebiscito. Deverá o povo carioca manifestar-se pela divisão ou não do Estado em municípios.

A maioria esmagadora da população, através de numerosos pronunciamentos de personalidades, partidos políticos, entidades populares e sindicais, já votou: NÃO será a resposta do eleitorado à pergunta sobre se deve ou não o Estado ser dividido.

Entretanto, a decisão plebiscitária somente responderá a uma parte da vontade do povo. Este não quer uma divisão que tudo indica não corres-

ponderá aos interesses da cidade. Mas, por outro lado, está a exigir uma descentralização administrativa democrática, que atenda aos seus interesses.

Votará NÃO no plebiscito. Mas, continuará a batalha para liquidar os «prefeitinhos» de Lacerda, para criar administrações regionais realmente identificadas com o povo e não com os interesses exclusivos de grupos ligados ao fascista e inimigo dos trabalhadores que está instalado no Palácio Guanabara. Votará NÃO para ganhar depois o direito de exigir da Assembleia que vote pela democratização da administração da cidade.

SIM Para a Descentralização Democrática

POR QUE COMUNISTAS VOTAM NÃO

Os COMUNISTAS são favoráveis à descentralização e à democratização da administração do Estado, lutam para que se aproxime o Poder do povo e lhe permita exercer maior influência na direção da coisa pública. Os COMUNISTAS são contra a atual situação administrativa na Guanabara, que permite as arbitrariedades governamentais, que o governador nomeie os seus «prefeitinhos» e possa, assim, prosseguir em suas maquinações golpistas.

Mas, os COMUNISTAS consideram que:

1. SOB A FORMA OBSCURA EM QUE O POVO FOI CHAMADO A MANIFESTAR-SE NO PLEBISCITO DE 21 DE ABRIL, VOTAR PELO SIM NÃO CORRESPONDE AO DESEJO DAS MASSAS.

2. A DIVISÃO DO ESTADO VIRIA A AGRAVAR AINDA MAIS A ATUAL DESORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E ACRESCENTAR NOVAS DIFICULDADES À VIDA JÁ INSUPORTÁVEL DAS MASSAS.

3. A VITÓRIA DO SIM NÃO GARANTIRIA UMA CORRETA DIVISÃO MUNICIPAL DO ESTADO.

4. Assim sendo, os COMUNISTAS VOTARÃO PELO NÃO, mas dirigem-se ao povo carioca, aos trabalhadores, aos estudantes, e a todas as forças sociais, que aspiram ao progresso democrático, para que se unam na LUTA PELA APROVAÇÃO DE UM PROJETO DE LEI QUE DETERMINE A DESCENTRALIZAÇÃO E A DEMOCRATIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO.

NOVOS RUMOS

HÉRCULES APONTA A SAÍDA:

Descentralização Administrativa e Democratização do Poder

Atendendo às aspirações populares de maior descentralização administrativa e de uma democratização do poder no Estado da Guanabara, o deputado estadual Hércules Correia dos Reis elaborou o projeto de n.º 2 de 1963, sobre o qual concedeu uma entrevista a NOVOS RUMOS.

DESCENTRALIZAÇÃO DO PODER

«É evidente a tendência popular pela manutenção da cidade do Rio de Janeiro como unidade territorial indivisível», declarou. Porém, o Município não constitui o único elemento de descentralização do poder e, pelo simples fato de ele não existir, as portas não se fecham para a adoção de um processo que melhor associe a ação política às naturais subordinadas às regras do sistema democrático. Nesse sentido, o projeto que apresentamos propõe a escolha de conselhos regionais por eleição, vinculando ao poder político que, representativamente, é a Assembleia e, originariamente o povo, aquilo que no sistema atual das administrações regionais, pertence exclusivamente ao Executivo, o que tem o estilo de improvisação imprópria e de desajustamento em face ao regime de representação que caracteriza os cargos políticos e as delegações da mesma origem na vontade popular.»

SEM EMPREGUISMO

«Os Conselhos regionais não teriam como função legislar, mas apenas deliberar e executar. Também não há perigo no que diz respeito ao empreguismo, pois não serão admitidos novos funcionários, mas sim «equilibrados os que já estão a serviço do Estado, haveria, assim, uma redistribuição

ção dos funcionários qualificados que, atualmente, estão localizados nas Secretarias e que passariam a prestar serviço às diversas localidades sem que novas despesas fossem acrescentadas.»

AS FUNÇÕES DO CONSELHO

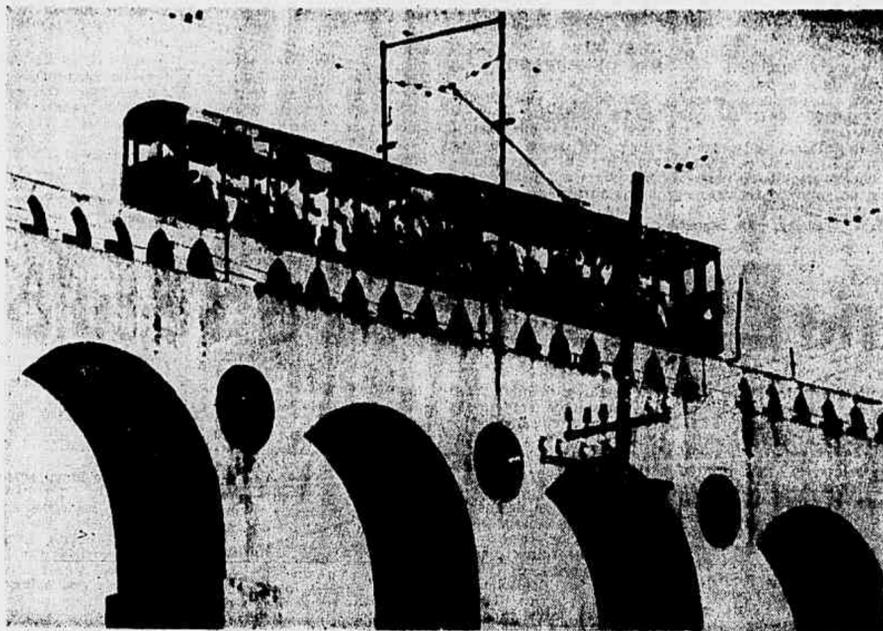
«Quanto ao problema de fracionamento do poder das Secretarias — prosseguiu o parlamentar — foi ele evitado continuando a centralização de suas atividades em geral, sendo que aos Conselhos Regionais caberia tomar as providências necessárias para a execução dos serviços. O povo passaria a ter, desta maneira, a quem se dirigir para atendê-lo em seus problemas.»

DEMOCRATIZAÇÃO DAS VERBAS

«Outro importante aspecto do projeto — salientou o deputado Hércules Correia — diz respeito às verbas para as várias circunscrições. Serão elas votadas pela Assembleia Legislativa, o que obrigará o executivo a aplicar a verba na circunscrição aprovada corrigindo assim as arbitrariedades, injustiças e desigualdades na aplicação dos orçamentos. Além disso, o Tribunal poderá ter delegado junto aos Conselhos Regionais para fiscalizar e acompanhar sua real aplicação.»

ATIVIZAÇÃO POLÍTICA

«Finalmente, o projeto — declarou o deputado Hércules Correia — tornando os diretores distritais responsáveis pelo registro das candidaturas, e retirando este poder das mãos dos Diretores Regionais, promoverá maior ativação política, já que os partidos terão que passar a atuar mais intencionalmente junto ao povo pois para manter-se no poder será necessário maior ligação com as massas populares. Estas terão assim possibilidade de maior controle sobre seus representantes.»



PROJETO MOSTRA COMO SERÁ DESCENTRALIZAÇÃO

É o seguinte o texto do projeto apresentado pelo deputado Hércules Correia dos Reis sobre a descentralização administrativa do Estado da Guanabara:

Art. 1.º — Conhecidos e proclamados os resultados da consulta plebiscitária, nos termos do artigo 9 do Ato Constitucional das Disposições Transitórias, os Poderes Executivo e Judiciário, no prazo de 30 dias, nos limites de sua competência, estudarão e proporão à Assembleia Legislativa, por meio de mensagem e anteprojeto, a forma de instalação de todos os serviços públicos necessários a assegurar a autonomia administrativa às várias unidades descentralizadas, obedecendo as estipulações normativas da presente lei.

Parágrafo único — O Tribunal de Contas instituirá, junto a cada unidade, delegação de controle com competência para registrar atos ou contratos, orientar a instrução dos processos que lhe devam ser submetidos e promover as diligências necessárias, cabendo de suas decisões negativas recurso para o Tribunal competente, no prazo de 15 dias, contados da data da ciência da decisão.

Art. 2.º — Ressalvando o aspecto constitucional da divisão do Estado em Municípios, caso o povo assim o decida e que a lei orgânica específica demonstrar, será, obrigatoriamente, promovida a descentralização nos moldes democráticos da legítima representação popular, mediante a criação de Circunscrições Regionais em número nunca inferior a 10 e nem superior a 15.

Artigo 3.º — Cada Circunscrição terá estrutura própria, quadro específico de pessoal fornecido, mediante requisição, pela administração estadual e constará no orçamento do Estado com as verbas discriminadas para o custeio e manutenção dos seus serviços e obras.

Parágrafo Único — Os órgãos e serviços do Executivo enquadrados no regime desta lei ficarão subordinados a unidade que integrarem, sem prejuízo da orientação normativa, do controle técnico e da fiscalização específicas dos órgãos estaduais competentes das várias secretarias.

Artigo 4.º — A Circunscrição será dirigida por um Conselho Regional de nove membros com funções administrativas e deliberativas discriminadas em estatuto próprio, respeitadas as constituições e as leis em vigor.

Artigo 5.º — Cada Conselho terá um presidente que o representará todas as vezes que o deva fazer-lo coletivamente, em Juízo ou fora dele e será eleito, anualmente, na forma estabelecida em estatuto elaborado pela Assembleia e uniformemente aplicado a todos eles.

Artigo 6.º — Os membros do Conselho serão eleitos por sufrágio direto pelos eleitores inscritos na zona eleitoral que funcione nos limites territoriais da respectiva circunscrição, não sendo permitido, em qualquer hipótese, ao eleitor, participar do pleito de mais de uma circunscrição.

Artigo 7.º — As chapas partidárias para as eleições de que trata a presente lei serão integradas, devendo constar das mesmas os nomes dos candidatos titulares e os dos suplentes, em igual número e terão o seu registro requerido à Justiça Eleitoral pelos diretores locais dos partidos regularmente instalados no território de cada circunscrição, reconhecidos e registrados.

Artigo 8.º — O mandato dos membros do Conselho terá a mesma duração da legislatura estadual, termi-

nando o dos primeiros com o dos deputados estaduais eleitos em 7 de outubro de 1962.

Artigo 9.º — Os membros dos Conselhos Regionais não perceberão subsídios, cabendo à Assembleia Legislativa fixar-lhes, no fim de cada legislatura, para vigorar na seguinte, uma ajuda de custo por sessão a que comparecerem num máximo de 2 (duas) por semana e que não poderá ultrapassar o valor do «J-ten» de presença de um deputado em cada sessão.

Parágrafo único — O funcionário público estadual, o autárquico ou de sociedade de economia mista em que o Estado tenha participação majoritária, quando eleito membro de Conselho Regional, será, automaticamente, afastado do serviço, sem prejuízo dos seus vencimentos no cargo ou função que exerce, até o final do seu mandato.

Artigo 10.º — A primeira eleição realizar-se-á 120 (cento e vinte) dias após publicada a lei que determine o número de circunscrições e os respectivos limites territoriais de cada uma, cabendo ao Executivo, no prazo de 30 (trinta) dias da proclamação do resultado do plebiscito, enviar proposta circunstanciada à Assembleia Legislativa acompanhada de anteprojeto.

Parágrafo único — Se o Poder Executivo não cumprir dentro do prazo as determinações contidas neste artigo, a Assembleia tomará a iniciativa 48 horas após esgotado o mesmo.

Art. 11 — Até o dia 30 de junho de cada ano, os Conselhos Regionais deverão enviar à Secretaria de Estado competente sua proposta orçamentária descrita na lei estadual de meios para o exercício seguinte.

Art. 12 — A abertura de créditos adicionais a pedido dos Conselhos Regionais, quando ofereçam compensação com verbas consignadas no seu próprio orçamento, será autorizada por decreto-legislativo da Assembleia comunicada a autorização ao Poder Executivo, prevalecendo o processo vigente quando a compensação depender de verbas consignadas a órgãos do Poder Estadual.

Art. 13 — A lei específica que fixar o número de circunscrições e suas respectivas áreas discriminadas, em capítulo próprio, os direitos e deveres dos membros dos Conselhos Regionais, suas atribuições e responsabilidades, bem como as normas estatutárias do seu funcionamento.

Art. 14 — Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 18 de março de 1963. — Hércules Correia.

JUSTIFICAÇÃO

O desmembramento ou a subdivisão territorial através do plebiscito constitui recurso próprio e mais idôneo do regime democrático para acautelar o que é fundamental à legitimidade da soberania popular.

Foi prudente o legislador quando, na fase constituinte, determinou que a opção se fizesse pelo pronunciamento popular após uma série de debates em que as várias correntes de opinião se manifestassem contra ou a favor da tese da divisão do Estado em municípios.

Os partidos não fixaram uma posição efetiva em torno do assunto, preferindo aguardar que, medidos, pesados e confrontados os argumentos individuais ou de grupos, o Povo decidisse sobre o que seus representantes deviam instituir em face da manifestação plebiscitária.

SINVAL PALMEIRA: POVO VAI MANIFESTAR-SE CONTRA A DIVISÃO DA GUANABARA

«Pergunta-se ao povo, apenas, se deseja a divisão do Estado em municípios e, nesta forma vaga e imprecisa, o povo vê, com justo receio, a criação de dezenas de Câmaras de Vereadores e milhares de novos empregos. Por esta razão irá, sem dúvida, manifestar-se contra a divisão nos termos em que está colocada. É fora de cogitação que o povo tem interesse na divisão administrativa do Estado, de forma mais democrática, com instituições eleitas e responsáveis e, neste sentido, trabalharemos na Assembleia Legislativa em busca da solução que mais atenda aos interesses populares», disse a NOVOS RUMOS o deputado Sinval Palmeira, a respeito do plebiscito do próximo domingo.

Depois de assinalar ser inconstitucional a consulta, acrescentou o deputado Sinval Palmeira que a questão está mal colocada, daí o absoluto desinteresse popular.

«Não se discute — prosseguiu — a conveniência ou não de se criar alguns municípios no Estado da Guanabara, o que deveria ser, e será certamente, objeto de exame pela Assembleia Legislativa. Não se discute, por outro lado, a conveniência da divisão administrativa do Estado, reconhecida pelo próprio governador. O plebiscito, porém, não responde a nenhuma destas questões.»